



**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política**

**MURILO AUGUSTO DE MEDEIROS**

**O RENASCIMENTO DO DEMOCRATAS:  
DA OPOSIÇÃO AO CENTRO DO PODER**

Brasília  
2017

**Murilo Augusto de Medeiros**

**O RENASCIMENTO DO DEMOCRATAS:  
DA OPOSIÇÃO AO CENTRO DO PODER**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título  
de bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Orientador: David Fleischer

**Brasília  
2017**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço sobretudo à minha família, especialmente aos meus pais, Djalma Medeiros e Rita Medeiros, pelos incentivos e por todo o esforço e dedicação ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional.

Agradeço a minha irmã, Amanda Medeiros, pelo incentivo e por ter ajudado a corrigir meu trabalho. Agradeço aos meus avós, tios, primos e amigos por toda torcida positiva encaminhada durante essa jornada de muito aprendizado.

Agradeço a todos os colegas e professores da Universidade de Brasília (UnB), especialmente ao meu orientador, professor David Fleischer, pelo apoio indispensável e por todos os ensinamentos ao longo da minha graduação.

*Ideias, e somente ideias, podem iluminar a escuridão.*  
(Ludwig von Mises)

## **RESUMO**

Este trabalho tem por propósito analisar o processo que levou o Democratas (DEM) de volta ao poder, após ocupar as trincheiras da oposição por 14 anos ininterruptos. Partiu-se da hipótese de que a ascensão do DEM está ligada diretamente ao declínio do Partido dos Trabalhadores (PT). Chegou-se à conclusão de que, ao desempenhar o papel de principal antípoda do PT, o DEM ganhou protagonismo e hoje colhe os frutos que plantou enquanto esteve longe do poder, por manter a coerência e resistir na oposição.

**Palavras-chave:** Democratas; PT; oposição; ascensão; poder.

## **ABSTRACT**

The purpose of this paper is to analyze the process that led the Democratas (DEM) back into power after occupying the opposition's trenches for 14 uninterrupted years. It was hypothesized that the rise of the DEM is directly linked to the decline of the Partido dos Trabalhadores (PT). It was concluded that, playing the PT's main antipode role, the DEM gained prominence and today reaps the fruits it has planted while it was away from power, to maintain coherence and resist opposition.

**Key words:** Democratas; PT; opposition; rise; power.

# ÍNDICE

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

(Página)

<b>Tabela 1</b> – Votos no Colégio Eleitoral, 15 de janeiro de 1985, por partido.....	15
<b>Tabela 2</b> – Ministérios ocupados pelo PFL (1985-1997) .....	23
<b>Tabela 3</b> – Voto na legenda nas eleições para a Câmara dos Deputados (1998 a 2014) .....	37
<b>Tabela 4</b> – Composição dos diretórios estaduais do Democratas – mar/07 a dez/07.....	39
<b>Tabela 5</b> – Migração partidária de deputados federais (2003-2016) .....	47
<b>Tabela 6</b> – Total de perdas de deputados federais após a criação do PSD.....	53
<b>Tabela 7</b> – Pesquisa GPP – Medos dos brasileiros em relação ao futuro do Brasil (%).....	56
<b>Tabela 8</b> – Pesquisa GPP - Posição dos brasileiros em relação a temas polêmicos (%).....	57
<b>Tabela 9</b> – Pesquisa GPP - Classificação ideológica dos partidos (% população) .....	58
<b>Tabela 10</b> – Parlamentares e Governadores do PFL-DEM eleitos (1986-2005) .....	60
<b>Tabela 11</b> – Governadores eleitos pelo PFL-DEM (por região - 1986 a 2014) .....	61
<b>Tabela 12</b> – Eleições municipais – Número de prefeitos e de capitais (1988 a 2016) .....	62
<b>Tabela 13</b> – Quadro das coligações do DEM :: Eleições presidenciais.....	64
<b>Tabela 14</b> – Eleições 2016: Número de prefeitos eleitos, por partido.....	65
<b>Tabela 15</b> – Prefeitos nas 93 principais cidades do País (G93) .....	67
<b>Tabela 16</b> - Cinco maiores colégios eleitorais da Bahia (BA) - Eleitores e orçamento .....	69
<b>Tabela 17</b> - Eleições 2016: Raio-X do desempenho do DEM .....	70
<b>Tabela 18</b> - Janela partidária de maio/2016 – Perdas e ganhos por partido .....	75
<b>Gráfico 1</b> – Valor arrecadado com privatizações federais (R\$ milhões) .....	22
<b>Gráfico 2</b> – Preferência dos brasileiros pelos partidos políticos (% população) .....	37
<b>Gráfico 3</b> – Arrecadação obtida com a CPMF por ano (em R\$ bilhões) .....	46
<b>Gráfico 4</b> – Eleições 2016: População por partido no total de cidades (em milhões) .....	66
<b>Gráfico 5</b> – Eleições 2016: Votação por partido para prefeito no 1º turno.....	67
<b>Gráfico 6</b> – Eleições 2016: Receita orçamentária por partido (em R\$ bilhões) .....	68
<b>Gráfico 7</b> – Evolução dos números de filiados do DEM .....	72

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 O DNA do Democratas.....</b>	<b>12</b>
1.1 A fase embrionária do partido .....	12
1.2 O viés reformista.....	17
1.3 Agenda modernizante.....	20
<b>2. Refundação do PFL.....</b>	<b>24</b>
2.1 Atualização de imagem.....	24
2.2 Mudança de PFL para DEM.....	28
2.3 Reposicionamento programático.....	31
2.4 Democratas como partido cath-all e profissional eleitoral.....	34
2.5 Pouca renovação e perda de identidade.....	36
<b>3. Resistência na oposição.....</b>	<b>40</b>
3.1 Oposição sem adjetivos.....	40
3.2 Pedra no sapato do PT.....	43
3.3 Xô CPMF.....	45
3.4 Troca-troca partidário.....	47
<b>4. Múltiplas crises.....</b>	<b>49</b>
4.1 Implosão desarmada.....	49
4.2 Gestão de Agripino: engenhosidade e moderação.....	55
<b>5. Trajetória eleitoral.....</b>	<b>60</b>
5.1 Performance nas urnas.....	60
5.2 Trauma eleitoral .....	62
5.2 Início da virada.....	65
<b>6. Democratas de volta ao centro do poder.....</b>	<b>71</b>
6.1 Quem planta, colhe .....	71
6.2 Primavera do DEM.....	74
6.3 Centro-democrático.....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>79</b>



## INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo analisar a trajetória do Democratas (DEM) na política brasileira, a fim de compreender o processo que impulsionou o retorno do partido ao poder, após 14 longos anos como oposição no plano federal.

A partir de pesquisas documentais e entrevistas, vamos analisar a origem, o processo de refundação pelo qual passou a legenda em 2007, o histórico eleitoral e, especialmente, seu papel exercido na oposição, etapa crucial para entender seu renascimento.

Soma-se a esse objetivo a necessidade de compreender como o Democratas, após quase ser implodido do panorama partidário brasileiro, afetado por uma rotunda migração partidária, tentativas de fusões, crises éticas e enfraquecimento eleitoral contínuo, conseguiu dar a volta por cima, apresentando-se agora como uma das legendas mais influentes da República.

Partimos da hipótese de que, por ser a principal força partidária que se contrapôs sem nenhuma dubiedade ao modelo de governo petista, o Democratas começa a renascer no quadro político nacional. A ascensão do partido está ligada diretamente ao declínio do PT. Hoje, com a perspectiva de crescimento em alta, o DEM começa a colher os frutos que plantou enquanto esteve longe do poder.

O percurso do estudo foi repartido em seis sessões. A primeira esmiuçar a fase genética do partido, estruturada pela formação da Frente Liberal e seu papel decisivo na transição democrática, além do espírito reformista característico da legenda. O grupo de liberais, fundadores do PFL, abriram uma dissidência no âmago do regime militar e, mesmo com o risco de perderem seus mandatos, desceram a rampa do Palácio do Planalto para influir nos rumos da abertura política, tornando-a inevitável.

A vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral em 1985, da qual participou o PFL, abriu caminho para a Nova República, robustecida pela promulgação da Constituição de 1988. No tabuleiro político pós-redemocratização, o Partido da Frente Liberal foi peça-chave não só na manutenção da governabilidade das gestões federais, como também na condução das reformas estruturais que garantiu a atualização política, social e econômica do Brasil.

A segunda sessão abordará o processo de refundação do PFL, concretizado em 2007 com a troca de nome para Democratas. Mostramos que a troca de figurino não foi apenas uma mudança na imagem da legenda, mas sim um reposicionamento programático. A fim de modernizar o retrato político, o partido atualizou o ideário e inclinou-se ao centro do espectro ideológico, incorporando teses genéricas e difusas, processo que afetou sua identidade

partidária e a performance política junto à base de apoiadores. Trata-se de movimento que aproximou o DEM de alguns modelos partidários, como o partido *cath-all*, trabalhado pelo alemão Otto Kirchheimer (1996), e o partido profissional-eleitoral, conceituado pelo italiano Angelo Panebianco (2005).

A terceira sessão abordará o desempenho do partido nas trincheiras oposicionistas. O Democratas, primeiro partido a declarar oposição ao governo do PT ainda 2002, notabilizou-se como o principal antípoda do PT no front partidário, garantindo-lhe musculatura e credibilidade. As principais derrotas colhidas pelo governo petista – o fim da CPMF é o caso mais notável – contou com as digitais do DEM. Em consequência, foi a legenda que mais desidratou em número de parlamentares no Congresso Nacional. Entre 2003 e 2016, 45 deputados federais abandonaram o partido, a grande maioria em busca de cargos ou verbas junto ao poder federal.

Apesar de o presidente Lula, em comício em Santa Catarina no fim de 2010, ter decretado que o DEM precisava ser “extirpado” da política brasileira, o partido conseguiu resistir. Perdeu em quantidade, mas manteve a bravura da atuação na oposição, fazendo o contraponto necessário ao poder constituído. “Fomos um exército de loucos que resistiram até o fim”, diz o democrata Mendonça Filho, atual ministro da Educação (CARVALHO e FRANCO, 2017).

A quarta sessão revela as múltiplas crises enfrentadas pelo Democratas, desde o surgimento do PSD, o qual trouxe quase a metade da bancada do partido na Câmara, até as crises éticas envolvendo lideranças notáveis do partido, como José Roberto Arruda e Demóstenes Torres, ambos expulsos da agremiação. Após a debandada de quadros, o senador José Agripino assumiu a presidência do partido e comandou uma reestruturação interna, resgatando os princípios doutrinários ligados ao liberalismo moderno, como livre iniciativa, incentivo ao empreendedorismo, redução do tamanho do Estado, eficiência de gestão e mais privatizações e investimentos.

Já a quinta sessão explorará o desempenho eleitoral do partido. Foram 17 eleições disputadas pelo DEM desde sua fundação até aqui. Enquanto esteve próximo ao poder, o DEM logrou êxito nas urnas; na oposição, a partir de 2003, viu sua bancada derreter acentuadamente. As eleições de 2016 marcaram o início da virada eleitoral do partido, em contraponto ao desmanche do PT nas urnas.

A sexta sessão, enfim, retratará o revigoramento político pelo qual passa o Democratas no cenário nacional. Após dez anos desde a mudança de nome, o DEM vive sua primavera. Tem o comando do segundo cargo mais importante da República, a presidência da Câmara

dos Deputados; ocupa uma das mais vistosas pastas da Esplanada, o Ministério da Educação; atua como peça-chave no processo de reformas estruturais indispensáveis ao país; e no presente encarna o papel de um partido-grife no Parlamento, cobiçado por várias lideranças em busca de crescimento e espaço junto ao poder.

O DEM, frente ao robustecimento em vista, tem um trunfo em mãos capaz de remodelar o quadro partidário brasileiro: romper a ultrapassada polarização política do país e ocupar o centro-democrático no espaço político, configurando-se como um partido representativo de centro-direita, de viés claramente liberal-reformista, distante de radicalismos e populismos. Caso opte por esse caminho, o DEM terá a chance de diferenciar-se no campo programático e, assim, reconquistar a identidade perdida durante a refundação da legenda em 2007, apresentando-se como uma força política influente para os próximos anos.

# CAPÍTULO I

## DNA do Democratas

### 1.1 Fase embrionária do partido

Assimilar a origem de um partido político é parte essencial para conhecer sua trajetória na sociedade. O cientista político italiano Angelo Panebianco (2005), em *Modelos de Partido*, ressalta que, para entender o desenvolvimento organizacional de uma legenda, é indispensável retroceder às circunstâncias de seu nascimento, à sua fase genética.

Mesma linha de raciocínio segue o francês Maurice Duverger (1987), em *Os Partidos Políticos*, no qual sublinha a importância de compreender a fase constitutiva de um partido político. “Da mesma forma que os homens trazem durante toda sua vida a marca da infância, assim também os partidos experimentam fortemente a influência das suas origens”. (DUVERGER, 1987, p.19).

O embrião político do Democratas nasceu com a Frente Liberal, movimento político constituído em junho de 1984, durante o período militar, por parlamentares e governadores comprometidos com o restabelecimento da democracia plena, sem adjetivos.

O ano de 1984 foi de efervescência político-social no Brasil. Além da recessão econômica, fomentada pelas crises do petróleo em 1973 e 1979, o movimento das “Diretas Já” ganhava as ruas do país. O bloco de apoio ao regime militar, personificado no Partido Democrático Social (PDS), emitia sinais de fadiga.

Parlamentares novatos, muitos dos quais oriundos da legislatura iniciada em 1983, já não concordavam com os rumos do regime. Um grupo de jovens políticos, entre eles Saulo Queiroz (MS), José Lourenço (BA), Alcení Guerra (PR) e Israel Pinheiro Filho (MG), chegou a montar uma chapa, chamada “Participação”, para confrontar a cúpula pedessista. Não saíram vitoriosos, mas plantaram ali a semente da dissidência. (CANTANHÊDE, 2001)

Um teste decisivo que mediu a saúde do comando militar foi a votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, cujo texto estabelecia eleições diretas para a Presidência da República. Entre a bancada do PDS, que contabilizava 237 deputados, somente 65 votaram contra a emenda, o que representa 27% do total. A metade dos parlamentares

pedessistas simplesmente não compareceu à votação<sup>1</sup>. A grande maioria dos governistas temia o julgamento da opinião pública. (TAROUCO, 1999)

Convictos de que a abertura política seria irreversível, figuras proeminentes da Frente Liberal – notadamente Jorge Bornhausen, Marco Maciel, Guilherme Palmeira, Aureliano Chaves e José Sarney, além de governadores, como José Agripino (RN) e Roberto Magalhães (PE) – a partir de uma ação lúcida e corajosa, abriram uma dissidência no coração do principal partido de sustentação do regime militar à época, o PSD.

O grupo dissidente, de feição liberal, simpático à atualização do regime e à transição democrática, posicionou-se contra o nome de Paulo Maluf como candidato oficial à presidência. Maluf, o nome do PSD<sup>2</sup>, atrelado ao fisiologismo e ao clientelismo, personificava a manutenção do regime, o que barraria qualquer processo de abertura democrática (LAVAREDA, 1985).

A constituição da Frente Liberal não foi um processo trivial. Exigiu destemor, visão de futuro e espírito público elevado de seus líderes. As regras de fidelidade partidária em vigor, inscritas na constituição de 1967, eram bastante rígidas. Os políticos do PDS que votassem contra o candidato oficial do governo corriam risco real da perda de mandato. As chantagens e represálias vindas dos escombros do autoritarismo não foram poucas. “Foi uma campanha violentíssima, à base de ameaças, que nós todos tivemos que enfrentar”, relata José Sarney (CORRÊA, 2001, p.74).

O candidato Paulo Maluf fez grande esforço para evitar a debandada dos liberais, inclusive com promessas de cargos e benesses, mas nada foi capaz de demover o espírito democrático do grupo dissidente. A Frente Liberal, segundo Marco Maciel, firmou um compromisso inexorável com o retorno da democracia.

Entre o PDS e o país, optamos pelo país. Entre o Poder e a sociedade, escolhemos a sociedade. Com ela, seremos fiéis à História e ao papel que nela fomos chamados a exercer. Esse é o princípio a que devemos fidelidade (CORRÊA, 2001, p.74).

Mas, para o grupo dissidente, não bastava o rompimento literal com o regime militar, era preciso viabilizar uma transição pacífica, conciliatória. Este foi o compromisso da Aliança Democrática, pacto firmado em agosto de 1984 entre a Frente Liberal e o PMDB. A formação

---

<sup>1</sup> A Emenda Dante de Oliveira não passou no Congresso. Foram 298 votos favoráveis, restando 22 para completar o número necessário, visto se tratar de uma emenda constitucional.

<sup>2</sup> Nas prévias do PDS, Maluf venceu Mario Andreazza, então Ministro do Interior, por uma diferença de 143 votos.

deste amplo pacto foi uma admirável demonstração de engenhosidade política, a arte de buscar entendimento em meio a divergências.

Ali, praticou-se um gesto de grandeza em prol da redemocratização do Brasil. Grandeza para colocar os interesses da nação acima dos interesses pessoais. Grandeza para trilhar o caminho da conciliação, em vez do confronto. Antigos adversários – como Aureliano e Tancredo em Minas, Marco Maciel e Miguel Arraes em Pernambuco, Jorge Bornhausen e Esperidião Amin em Santa Catarina – somaram esforços para garantir a vitória dos democratas no Colégio Eleitoral. A política foi exercida com “P” maiúsculo, retratado pela célebre frase do pernambucano Marco Maciel: “buscar sempre, entre o que nos separa, aquilo que nos pode unir parece constituir o grande objetivo da política” (MACIEL, 2005).

Buscou-se construir uma transição segura rumo à abertura política, sem revanchismo ou derramamento de sangue. Uma transição negociada, baseada não na distribuição desenfreada de cargos de espaços no futuro governo, mas sim em torno de programas e princípios. Este foi o espírito norteador da carta de fundação da Aliança Democrática, denominada “Compromisso com a Nação”, na qual selou palavra em torno do equilíbrio e da pacificação nacional<sup>3</sup>.

É indispensável que se efetive o conagraçamento nacional baseado na liberdade, na igualdade sob a lei, no escrupuloso respeito pela coisa pública, na justa participação de todos nos frutos do progresso, na solidariedade entre os brasileiros. Congraçamento nacional capaz de propiciar, em clima democrático, as mudanças que a Nação reclama. Esta é a tarefa que cumpre empreender (TAROUÇO, 1999, p.115).

A Aliança Democrática pavimentou a formação da chapa vitoriosa no colégio eleitoral em março de 1985. Tancredo Neves, o principal nome da ala moderada do PMDB, foi escolhido cabeça da chapa. Seu vice, indicado pela Frente Liberal, foi o senador José Sarney. Por força da legislação vigente<sup>4</sup>, Sarney precisou entrar para as fileiras peemedebistas com a promessa de depois retornar às hostes do PFL, fato que nunca ocorreu.

No colégio eleitoral, os votos dos liberais foram decisivos para o triunfo de Tancredo Neves, conforme mostra a Tabela 1. Tancredo Neves venceu com 480 votos, contra 180 de Paulo Maluf. Os números revelam que, sem o apoio do Partido da Frente Liberal e dos dissidentes do PDS – que logo depois migraram para o PFL –, Tancredo Neves não teria logrado êxito na eleição indireta.

<sup>3</sup> A carta “Compromisso com a Nação” teve como signatários o senador Marco Maciel e o vice-presidente Aureliano Chaves, por parte da Frente Liberal, e Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, pelo PMDB.

<sup>4</sup> Pela legislação vigente, o candidato a vice-presidente teria que pertencer ao mesmo partido do cabeça de chapa.

Somando-se os votos do PDS (dissidentes) e do PFL conferidos a Tancredo, obtém-se um total de 168. Se os membros desses partidos tivessem apoiado o governo, os votos teriam ido para Paulo Maluf. A dedução de 168 votos do total obtido por Tancredo Neves e sua soma ao sufrágio de Paulo Maluf leva a um quadro diferente: 348 votos para Maluf contra 312 para Tancredo Neves (CAMBRAIA, 2011).

Nenhum membro do PFL votou contra a indicação de Tancredo. Foi o único grupo que depositou 100% dos seus votos na chapa, sem nenhuma abstenção ou ausência, revelando a alta disciplina partidária do grupo. O próprio PMDB, partido de Tancredo, depositou votos em Maluf como é possível ver na tabela 1.

Diante dos números, os próprios líderes do PMDB, como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, reconheceram que, sem a Frente Liberal, a abertura democrática estaria comprometida. Sem o time que formava a Frente Liberal, “não teria sido possível a grande transição pacífica que estabeleceu a Nova República, consolidada pela Constituição de 1988”, reconheceu Jorge Bornhausen (BORNHAUSEN, 2005).

(Tabela 1)

**Votos no Colégio Eleitoral, 15 de janeiro de 1985, por partido**

Partido	Paulo Maluf	Tancredo Neves	Abstenções	Ausentes	Total
<b>Câmara dos Deputados</b>					
PDS	125	39	7	1	172
PFL	0	63	0	0	63
PMDB	2	196	1	1	200
PDT	1	20	1	1	23
PTB	3	10	0	0	13
PT	0	3	0	5	8
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>331</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>479</b>
<b>Senado Federal</b>					
PDS	26	5	0	1	32
PFL	0	10	0	0	10
PMDB	0	24	1	0	25
PDT	0	1	0	0	1
PTB	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>69</b>
<b>Delegados</b>					
PDS	23	11	7	0	41
PFL	0	40	0	0	40
PMDB	0	51	0	0	51
PDT	0	6	0	0	6
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>108</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>138</b>
<b>Resultado final</b>					
<b>Total geral</b>	<b>180</b>	<b>480</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>686</b>

Fonte: (FLEISCHER, 1994, p.191)

O PFL, em todo processo, atuou como “eminência parda” no processo que levou à eleição do primeiro presidente civil depois de vinte anos de regime autoritário. Ao decidir apoiar Tancredo, o grupo de liberais criou uma onda irreversível pró-abertura política, estancando movimentos contrários. Deputados do PMDB começavam a se insinuar com a candidatura de Paulo Maluf, entre eles José Camargo, de São Paulo. Um grupo peemedebista trabalhou a ideia de levar parte do PMDB para Maluf, o que não se concretizou (CANTANHÊDE, 2001, p.26)

Apenas duas forças políticas não depositaram o voto em Tancredo Neves. “Dois grupos ficaram na resistência ao congresso em torno da democracia: os malufistas e o PT, numa jogada do maior cinismo. Tanto que o PT expulsou deputados que ousaram discordar do absenteísmo imperdoável”, relembra Jorge Bornhausen (BORNHAUSEN, 2005).

Cumpram também destacar o papel dos governadores nordestinos, figuras centrais para viabilizar a transição democrática. Além do ímpeto em favor da abertura política, tida como inevitável, existia um conflito de gerações dentro do grupo político atrelado ao regime, também influenciado pelo enfraquecimento eleitoral do PDS nas eleições municipais de 1982. Uma turma jovem de gestores estaduais começava a despontar no cenário político nacional, como José Agripino (RN), Hugo Napoleão (PI) e Gonzaga Mota (CE), dispostos a atualizar o regime.

Com o desembarque estratégico do regime militar, os governadores nordestinos, segundo Lavareda (1985), “criaram condições para participar do jogo político democrático do futuro próximo, credenciados junto à opinião pública com a aura de elite ética, liberal democrática, responsável através do seu gesto histórico pela efetiva transição do regime”. (LAVAREDA, 1985, p.51)

Após a eleição de Tancredo Neves, em janeiro de 1985, a Frente Liberal se constituiu como partido político, denominado Partido da Frente Liberal (PFL). Mais de 2.000 lideranças assinaram a ata de fundação da legenda, entre eles, 5 governadores<sup>5</sup>, 14 senadores e 77 deputados federais (TAROUÇO, 1999). O partido nasceu robusto e povoado de quadros com bagagem eleitoral, majoritariamente vinculados ao Nordeste. O senador Marco Maciel (PE) foi o primeiro presidente do PFL e teve como vice Jorge Bornhausen (SC). Aureliano Chaves (MG), ex-vice de João Figueiredo, ocupou a presidência de honra do partido<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Luís Gonzaga Mota (CE); Roberto Magalhães (PE); Hugo Napoleão (PI), José Agripino Maia (RN) e João Durval Carneiro (BA). Logo depois o governador de Sergipe, João Alves, também entrou para o partido.

<sup>6</sup> Antônio Carlos Magalhães, líder político de muita influência da Bahia, apoiou Andreazza nas prévias do PDS e só se juntou ao PFL em 1986.



Assim que formalizou sua estrutura, o PFL lançou ao país um manifesto ao povo brasileiro, assinalando seu compromisso com a reconstrução da democracia e a preservação da liberdade. “O maior compromisso do Partido é com a liberdade, sob todas as suas formas. Combateremos, portanto, qualquer manifestação de autoritarismo ou restrição da liberdade”, assinalou o manifesto (TAROUCO, 1999, p.119)

## **1.2 O viés reformista**

O PFL não só deixou uma marca notável no processo de redemocratização do Brasil, como também trouxe ao cenário político nacional uma nova perspectiva para o pensamento político-ideológico do país.

Com visão doutrinária liberal e linha programática nitidamente reformista, o PFL assumiu um papel de destaque no quadro partidário brasileiro. A legenda, fiel ao seu manifesto publicado em 1985, trouxe ao debate nacional um programa avançado em seu tempo, embasado na defesa de bandeiras caras ao liberalismo, como descentralização política e administrativa, fortalecimento da democracia representativa e do Estado de direito, valorização do livre mercado, preservação da propriedade privada e respeito às liberdades individuais.

Vale destacar que, em sua gênese, o termo “Frente Liberal”, apelidado pela imprensa durante o processo de formação do partido, tinha uma conotação meramente política, cujo foco centrava-se na abertura democrática. O ideário liberal econômico do partido só emergiu na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987 (CANTANHEDE, 2001). Durante o processo, os pefelistas defenderam abertamente o fim de monopólios e maior participação do capital privado no desenvolvimento nacional, ideias arrojadas para uma época onde o nacionalismo fervoroso reinava.

Porém, frente à pressão de corporações e de facções socialistas, a Constituição de 1988 foi promulgada contendo diversas dubiedades. De um lado, prometia liberdade; de outro, sustentou o espírito do dirigismo estatal. O Centrão, comandado pelo PFL, não conseguiu evitar os tons estatizantes incluídos na Carta Magna, como o preconceito contra o capital estrangeiro, o intervencionismo estatal sobre a economia e a ampliação de monopólios (PAIM, 1998).

Forças retrógradas, interessadas na preservação do atraso, revelaram grande capacidade de mobilização (...) e conseguiram impor na Constituição de 1988 um

modelo econômico autárquico e estatizante, na mais completa dissonância em relação ao que se passava no mundo (PFL, 1996, p.58).

Leal ao seu espírito reformista, o PFL buscou participar, de modo determinante, do processo de mudanças pelo qual rumava o Brasil. Com apoio fundamental de seu centro de estudos e formação política, Instituto Tancredo Neves (ITN), – antes nomeado de Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos, Sociais e Políticos – o PFL produziu uma série de documentos com vistas a refinar seu ideário político, garantindo-lhe coesão ideológica e nítidas bases programáticas.

O PFL procurou organizar-se internamente, com o objetivo de ganhar contornos de um partido nacional. Um partido que pensa o Brasil, e não apenas atrelado a uma região ou grupo específico (TAROUCO, 1999). Sempre que surgia uma oportunidade, o Partido da Frente Liberal – ou “pefelê”, como era apelidado no mundo político – procurava marcar posição. A revisão constitucional de 1993, por exemplo, foi um momento aproveitado pelo partido para indicar sugestões de modernização do Estado brasileiro, baseado em princípios do moderno liberalismo. O partido mobilizou suas estruturas parlamentares e organizou grupos de trabalho temáticos, oferecendo 56 emendas ao Congresso Revisor.

Entre as sugestões, ideias à frente de seu tempo, de linha liberal, pouco defendidas à época, como exemplos: a) restrição da educação superior gratuita aos comprovadamente sem recursos; b) fim de monopólios na área econômica; c) instituição de regras consistentes para despesas com pessoal da União, Estados e Municípios; d) criação do Conselho Nacional do Ministério Público; e) simplificação do processo legislativo federal; f) estabelecimento do voto facultativo, do voto distrital misto e da inelegibilidade do político que migra de partido.

Também foi sugerido a supressão de itens estatizantes presentes no texto da Constituição, como a discriminação ao capital e mão de obra especializada estrangeira, a exaltação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica e a vedação da participação do capital estrangeiro na saúde.

O espírito das emendas almejava “a construção de uma relação equilibrada entre um sistema político-democrático, uma economia de mercado competitiva e um Estado funcional, para se obter, como objetivo final, maior equidade social”, afirma Antonio Paim, em “Histórias do Liberalismo Brasileiro” (PAIM, 1998, p.240).

A revisão constitucional acabou não sendo realizada e parte do conteúdo das propostas foi inserida, em 1994, no programa de governo pefelista entregue à coligação “União, Trabalho e Progresso” composta por FHC e Marco Maciel, que viria a ser vitoriosa naquele ano.

O programa de 1994 foi elaborado pela Comissão Especial de Estudos e Programas, instituído pela Executiva Nacional do PFL, sob a coordenação do deputado Gustavo Krause (PFL-PE), um dos principais teóricos do partido. O PFL, em busca de consolidar uma identidade própria, sugeriu um conjunto de propostas programáticas visando à disputa presidencial. Entre elas:

- a) Redefinir o papel do Estado e incrementar um novo pacto federativo;
- b) Instituir um Programa Nacional de Privatização;
- c) Adotar uma nova ordem econômica, estruturada na economia de mercado, de forma a desconstitucionalizar, desregulamentar e desburocratizar a atividade produtiva;
- d) Simplificar e reformar o sistema tributário;
- e) Eliminar o conceito de aposentadoria por tempo de serviço e acabar com as aposentadorias especiais, instituindo um único sistema de previdência social que abrigue os funcionários do setor público e da iniciativa privada;
- f) Ampliar a abertura comercial e pôr fim às restrições ao capital externo;
- g) Desestatizar atividades econômicas e extinguir monopólios, em áreas como telecomunicações, serviços postais, serviços de transmissão de dados, refinação de petróleo, gás natural, saneamento básico, portos, ferrovias e geração e distribuição de energia elétrica.

Baseado no “moderno pensamento liberal”, termo utilizado pelo partido, o programa pefelista argumentava que “sem estabilização econômica e reformas estruturais, nenhum governante poderá realizar as transformações sociais esperadas e resgatar as esperanças dos brasileiros” (PFL, 1996, p.265).

A prática de apresentar programas de governo em ano de disputa presidencial virou praxe na dinâmica interna do partido. Em todas as campanhas presidenciais, de 1994 até aqui, o PFL nunca deixou de propor um programa ao candidato que apoiou, ressaltando compromissos inquebrantáveis com as reformas.

Na eleição de 1998, por exemplo, na qual Marco Maciel disputou a reeleição como vice na chapa de Fernando Henrique Cardoso, o PFL mais uma vez sugeriu caminhos avançados sob o prisma liberal. A agenda de modernização sugerida pelos pefelistas passava pela defesa da estabilidade econômica e pela proteção à nova moeda, o Real. “Estabilizar para crescer”, esse era o lema. Entre as propostas, estão:

- a) modernizar a legislação trabalhista, de forma a estabelecer a livre negociação entre empregados e empregadores;
- b) instituir *vouchers* na educação e na saúde;
- c) desonerar os produtos da cesta básica;
- d) reduzir o Custo Brasil;
- e) instituir o “FGTS de Livre-escolha”, de forma que o trabalhador tenha liberdade para usufruir do dinheiro;
- f) redefinir o papel do BNDES e aprofundar as privatizações;
- e) instituir uma Lei de Endividamento Público.

Scott Mainwaring e Raquel Meneguello (2000) destacam que a agenda liberal garantiu ao PFL ares de modernidade, desvinculando-o dos grotões e das forças reacionárias (MAINWARING e MENEGUELLO, 2000). Como “depositário da tradição liberal brasileira”, definição grifada no “Livro do PFL” publicado em 1996, o partido passou a estar conectado com ideias contemporâneas, de alma vanguardista (PFL, 1996).

### 1.3 Agenda modernizante

O Partido da Frente Liberal foi peça-chave na sustentação política dos governos que inauguraram a Nova República, de José Sarney a Fernando Henrique Cardoso. Além de servir como âncora na manutenção da governabilidade, coube ao PFL liderar a agenda de modernização indispensável ao Estado brasileiro.

O espírito liberal-reformista perpassa todo o histórico de participação do partido nos governos. O repertório é longo, a começar pela estabilização da economia, a partir da implementação do Plano Real na gestão de Itamar Franco. A consolidação da moeda ajudou a debelar a hiperinflação, um monstro que atormentava a renda das famílias brasileiras. O índice de inflação, medido pelo IBGE, chegou a marcar quase 2.500% em 1993. Em 1998, o indicador despencou para a casa de um dígito apenas: 2,49%. O tão perseguido controle monetário estava, enfim, consolidado.

A partir de 1995, tem-se a fase áurea do PFL. Com Marco Maciel na vice-presidência da República, o partido atuou como braço direito na condução das reformas estruturais durante os dois governos de FHC (de 1995 a 2002). Maciel, ao fazer um paralelo com o período da redemocratização, definiu o papel do PFL frente aos novos desafios do Brasil:

Se o movimento que permitiu a eleição de Tancredo Neves e o Governo José Sarney ocorreu entre 1984 e 1985, do segundo grande movimento ocorrido entre 1994 e

1995, também participou o PFL: a eleição de uma chapa tendo à frente o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aí já não estava mais em jogo a democracia, mas algo não menos importante porque dizia respeito à estabilidade econômica. (MACIEL, 2009, p.20)

Luís Eduardo Magalhães, uma das principais promessas dos quadros pefelistas, consagrou-se líder das reformas no Parlamento. Sua performance engenhosa na Presidência da Câmara dos Deputados, cargo que ocupou entre 1995 a 1997, rendeu-lhe o título de "primeiro-ministro" pela revista *Time*, prestigiado periódico norte-americano.

“Na Presidência da Casa e fiel aos ideais do liberalismo, (Luís Eduardo) costurou acordos que resultaram na votação de 656 matérias. Conseguiu a aprovação de mais de 50 leis e 14 emendas à Constituição, algumas das quais mudaram a economia do país”, destacou reportagem do Correio 24 horas, tradicional jornal do estado da Bahia (COSTA JÚNIOR, 2013). Entre essas mudanças, destaca-se a implantação do tripé macroeconômico que pôs as finanças do país em ordem: a Lei de Responsabilidade Fiscal, o câmbio flutuante e os regimes de metas de inflação. A partir deste maquinário, tem-se um arcabouço institucional moderno que garantiu a implantação de outras medidas relevantes, como controle de endividamento, disciplina fiscal e austeridade orçamentária.

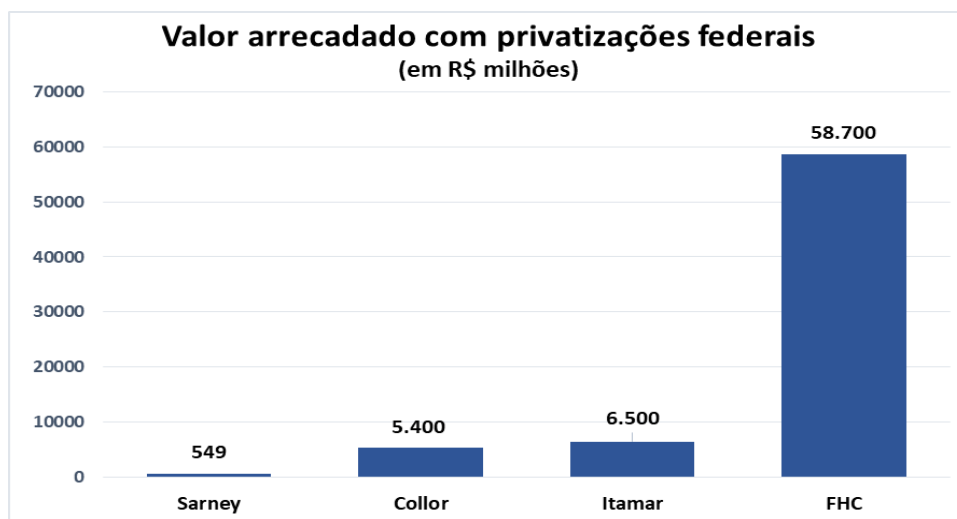
O PFL também teve influência decisiva no processo de privatizações, desde o lançamento do Programa Nacional de Desestatização em 1990, que viabilizou a transferência de estatais para o capital privado, de siderúrgicas, como a CSN, a Usiminas e a Cosipa, a mineradoras e indústrias da aeronáutica, como a então Companhia Vale do Rio Doce e a Embraer. A gestão PSDB-PFL, a partir de 1994, potencializou ainda mais o processo de privatizações, priorizando setores no vermelho, tais como mineração, energia elétrica, telefonia e instituições financeiras. Nesta época, foram desestatizados 23 bancos estaduais. No geral, a gestão FHC/Maciél arrecadou R\$ 58,7 bilhões com a venda de estatais, conforme mostra o gráfico 1.

Outras reformas estruturais foram tentadas no governo PSDB/PFL, como a tributária, a previdenciária e a administrativa. Por mais que a agenda reformista trouxesse impopularidade momentânea ao governo, o PFL não sucumbiu às pressões de corporações ou sindicatos. Posicionou-se como a legenda mais convicta a dar andamento às reformas constitucionais indispensáveis ao país.

No projeto da reforma previdenciária apresentado na gestão FHC, por exemplo, foi o partido que entregou proporcionalmente a maior quantidade de votos favoráveis à matéria, batendo o próprio PSDB, partido do presidente da República (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1998). O PFL ainda foi autor da Lei 9.478/97, que acabou com o monopólio da estatal nas

atividades do setor petrolífero, foi de autoria do PFL, apresentado pelo deputado Eliseu Rezende, de Minas Gerais. Foi essa lei que reestruturou a Petrobras, permitindo que ela se modernizasse e chegasse a ser a grande empresa que é hoje.

(Gráfico 1)



O próprio Fernando Henrique Cardoso reconhece a importância dos pefelistas na manutenção do governo<sup>7</sup>. O economista Fábio Giambiagi, em artigo publicado no *Estadão*, relembra a célebre frase dita por FHC durante sua gestão, reconhecendo o papel do PFL na manutenção da governabilidade: “eu conseguiria vencer sem o apoio do PFL, mas não poderia governar sem o apoio dele” (GIAMBIAGI, 2017).

Tarouco (1999) destaca a vocação governista como uma das principais marcas do PFL. O convívio do partido com o poder lhe garantiu acesso a recursos e controles de cargos importantes na República. Destaca-se a atuação do partido na área social. Do total de Ministérios ocupados pelo PFL, entre 1985 a 1997, 32,6% estavam agrupados no campo social e 24,6% na área econômica (tabela 2). A pasta da Educação chegou a ser ocupada no período por cinco nomes do partido: Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Hugo Napoleão, Carlos Chiarelli e Eraldo Tinoco Melo. (MENEGUELLO, 1998). Nesta área, o senador Marco Maciel, indicado pelo PFL em 1992, foi o segundo subscritor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a chamada “Lei Darcy Ribeiro”. Já o Fundo de Combate à Pobreza, que permitiu o robustecimento dos programas sociais no país, foi de iniciativa do então senador Antônio Carlos Magalhães, pefelista histórico.

<sup>7</sup> Importante lembrar que o PFL foi autor da emenda que inseriu a reeleição na Constituição em...

**(Tabela 2)**  
**Ministérios ocupados pelo PFL (1985-1997)**

<b>Ministérios</b>	<b>Quadros do PFL</b>
<b>Governo Tancredo Neves - 7</b>	
Indústria e Comércio	Roberto Herbster Gusmão
Irrigação	Vicente Fialho
Minas e Energia	Aureliano Chaves
Comunicações	Antônio Carlos Magalhães
Educação	Marco Maciel
Desburocratização	Paulo de Tarso Lustosa da Costa
Relações Exteriores	Olavo Setúbal
<b>Governo Sarney - 14</b>	
Indústria e Comércio	Roberto Herbster Gusmão
Interior	Joaquim Francisco / João Alves
Irrigação	Vicente Fialho
Minas e Energia	Aureliano Chaves / Vicente Fialho
Comunicações	Antônio Carlos Magalhães
Educação	Marco Maciel / Bornhausen / Hugo Napoleão
Desburocratização	Paulo de Tarso Lustosa da Costa
Justiça	Oscar Dias Correa
Relações Exteriores	Olavo Setúbal / Roberto de Abreu Sodré
<b>Governo Collor – 5</b>	
Educação	Carlos Chiarelli / Eraldo Tinoco Melo
Saúde	Alcení Guerra
Previdência Social	Reinhold Stephanes
Ação Social	Ricardo Fiúza
<b>Governo Itamar Franco – 4</b>	
Fazenda	Gustavo Krause / Eliseu Resende
Integração regional	Alexandre Costa
Comunicações	Hugo Napoleão
<b>Governo FHC (de 1995 a 1997) - 3</b>	
Minas e Energia	Raimundo Brito
Meio Ambiente	Gustavo Krause
Previdência Social	Reinhold Stephanes

Fonte: MENEGUELLO, 1998

## CAPÍTULO II

### Refundação do PFL

#### 2.1 Atualização de imagem

O processo de refundação do PFL começou em novembro de 2004, após as eleições municipais daquele ano. Distante do conforto do poder pela primeira vez – o partido estava há dois anos na oposição ao governo Lula<sup>8</sup> –, o PFL buscou reinventar-se. Os caciques pefelistas entenderam que, para avançar, a sigla necessitava construir pontes com a sociedade civil e oferecer uma agenda moderna ao país, conectada com as transformações do mundo contemporâneo.

A palavra “Refundar” significa “fundar novamente”, “aprofundar”. Foi exatamente isso que o PFL tentou fazer. Recomeçar, reciclar ideias, renovar a linguagem, mudar as práticas, firmar novos compromissos.

Ainda em 2004, frente a atuação inédita do PFL nas trincheiras da oposição, a direção do partido solicitou à consultoria *MCI Estratégia*, do analista político pernambucano Antônio Lavareda, uma análise tática que pudesse renovar a imagem e a comunicação política da legenda. O trabalho, de quase 200 páginas, trouxe uma série de sugestões no campo de ação estratégica, “visando a reelaboração da ‘marca PFL’ mediante um processo de atualização do ideário existente, que deve ser orientado para o mercado eleitoral” (RIBEIRO, 2011, p.66).

Umas das principais propostas trazidas pela consultoria foi tentar debelar o conjunto de aspectos depreciativos vinculados ao partido. Baseado na pesquisa qualitativa da *MCI*, o cientista político Ricardo Luiz Ribeiro (2008) destrincha as referências mais comuns feitas ao PFL pela população, entre elas:

Partido do Nordeste, que manipula as camadas mais pobres; estagnação; mesmice; conservadorismo; distanciamento do povo; falta de empenho na defesa dos interesses populares; remissão à ditadura; coronelismo; corrupção; e partido de direita. (RIBEIRO, 2011, p.64)

---

<sup>8</sup>O PFL, desde sua fundação, nunca havia atuado politicamente nas trincheiras de oposição. Até a vitória de Lula (PT), em 2002, o PFL viveu na intimidade e no aconchego do poder.



A pesquisa ainda listou características nas quais o cidadão brasileiro aprovaria ver presentes em uma agremiação partidária. Os itens mais citados foram os seguintes: “democrático”, “popular”, “social”, “ético” e “moderno”. Com base nestas evidências, a *MCI* sugeriu amarrar o conceito de democracia ao PFL, atrelando-o a temas populares, de caráter social e mais próximo aos interesses da sociedade. A consultoria não apenas sugeriu mudanças na imagem do partido, como também adentrou no ideário pefelista, oferecendo-lhe uma repaginação programática. A recomendação foi que o partido incorporasse o sentimento de mudança exigido pela população, pois este seria um “fator relevante para ajudar a corrigir sua face conservadora e de posicionar o partido no ‘centro’ do espectro político” (RIBEIRO, 2011, p.67).

Quanto à tradicional imagem do PFL, a consultoria de Lavareda, após ouvir parlamentares, formadores de opinião e setores da sociedade, chegou à conclusão de que “alterar a marca PFL poderia, neste momento, mais prejudicar do que contribuir para o reposicionamento partidário” (RIBEIRO, 2011, p.71). As bases do partido rejeitaram de pronto a ideia da troca do nome, e os formadores de opinião ouvidos alegaram que mudança de estilo poderia ser visto como um ato “oportunista”.

Após balanço da pesquisa, explanada por Lavareda no fim de 2004 em reunião da Executiva Nacional do PFL em Brasília, os caciques pefelistas aceleraram o processo de refundação da sigla. A ideia era atualizar o programa partidário e fazer novas propostas para destravar o desenvolvimento nacional.

Diante das dificuldades do país em crescer de forma sustentada, a iniciativa principal do PFL foi elaborar um novo modelo econômico para o Brasil, alicerçado em “menos impostos e mais empregos”. A consultoria *MCM*, do economista Cláudio Adilson, sistematizou um avançado trabalho como base para os novos compromissos do partido. Especialistas notáveis, como Gustavo Loyola, Everardo Maciel, José Pastore e Raul Velloso estiveram envolvidos com a elaboração do novo programa pefelista. Destaque para as seguintes propostas:

- a) Criar o programa Simplifica Brasil: redução do fardo burocrático das costas do cidadão e estímulo à capacidade empreendedora dos micros e pequenos empresários;
- b) Instituir o “Simples Trabalhista”: redução e flexibilização dos encargos trabalhistas com vistas a aumentar a formalização e gerar mais empregos;
- c) Aprovar um Código de Defesa do Contribuinte: diminuição dos desequilíbrios entre o fisco e os pagadores de impostos;

- d) Estabelecer um Novo Federalismo Fiscal: descentralização das atribuições dos entes federados e adoção de um sistema tributário simples, neutro e, fiscalmente, produtivo;
- e) Implementar uma Reforma Fiscal: restrição dos gastos públicos, austeridade na gestão das contas públicas e avaliação sistemática da eficiência das políticas públicas; e
- f) Estimular a abertura econômica: ênfase e prioridade à concretização de acordos comerciais relevantes com o Norte (América do Norte/Europa/Ásia) e redução das tarifas de importação unilateralmente e de forma gradual.

De posse desta agenda econômica e com a missão de renovar o pacto com a democracia e a modernidade, o PFL realizou seu congresso de refundação em 2005, ano em que o partido completou vinte anos de história. O evento, realizado na cidade do Rio de Janeiro<sup>9</sup>, sacramentou o espírito mudancista impregnado na direção partidária, com vistas a afastar a poeira do passado, renovar as propostas, firmar-se como oposição ao PT e indicar novos caminhos para o país.

O terreno, assim, estava preparado para mudanças mais profundas. E foi o que ocorreu. “A ideia de mudar o nome do partido, embora tivesse sido rejeitada pela pesquisa da MCI, foi retomada logo após a eleição de 2006”, confessou Lavareda (RIBEIRO, p.71). Foi uma decisão dos ideólogos do partido, encampada principalmente pelo presidente da sigla, o ex-senador Jorge Bornhausen.

Existia um desconforto, sobretudo entre os fundadores do partido, em relação a contradição de termos incrustados no nome da sigla. Uma incongruência de sentidos, na visão da velha-guarda pefelista. “Ora, nós somos partido ou somos uma frente?”, questionou Marco Maciel (RIBEIRO, 2011, p.71). Outro motivo alegado é que, no primeiro estatuto da legenda, publicado em 1985, o nome Partido da Frente Liberal foi indicado como provisório. “A ideia da refundação era escolher o nome definitivo. Então nós tínhamos que cumprir essa própria determinação estatutária”, disse Jorge Bornhausen (entrevista ao autor)<sup>10</sup>.

A troca de nome, da marca partidária, não foi um processo trivial. Marco Maciel, desde o início da década de 90, defendia o termo Partido Social Liberal (PSL). “Talvez tivesse sido melhor, de minha parte, insistir no nome Partido Social Liberal. O nome PSL era muito mais eufônico”, revelou o político pernambucano (CORRÊA, 2001, p.43). A despeito do

---

<sup>9</sup> A escolha do RJ foi simbólica, visto que Cesar Maia foi o único prefeito de capital eleito pelo partido em 2006. Era a vitrine do partido (pré-candidato à presidência da República)

<sup>10</sup> Entrevista concedida ao autor no dia 24/4/2017, por telefone.

quadro de desigualdade presente no País, Maciel tinha a preocupação em inserir o termo “social” como espinha dorsal da legenda.

As razões da minha preocupação vinham da necessidade de definir e qualificar o liberalismo como nós entendemos. O nosso liberalismo é um social-liberalismo, mesmo porque, em um país como o Brasil, nós não podemos ter um partido social que advogue o laissez-faire. O clássico conservadorismo inglês é um liberalismo que não se compadece com o país em que nós estamos, marcado por enormes desigualdades sociais. (CORRÊA, 2001, p.60)

Outras tentativas de troca de nome foram tentadas ao longo do tempo. No início de 2003, pensou-se em alterar para Partido Popular (PP), como ideia de seguir o exemplo do PP espanhol, sigla conservadora do ex-premiê José Maria Aznar. Mas o PPB, partido que agrupava os ex-pedessistas apoiadores de Maluf, foi mau rápido no plano e acabou transformando-se em Partido Progressista (PP) em abril de 2003, inviabilizando o projeto pefelista. “Alguém deu com a língua nos dentes e, oportunisticamente, o PPB realizou uma convenção nacional e tirou o ‘B’ do nome com clara intenção de matar a estratégia do PFL”, revelou o deputado Onyx Lorenzoni (entrevista ao autor)<sup>11</sup>. Cesar Maia acredita que o PFL “perdeu uma grande oportunidade ao não adotar a denominação espanhola. *“Muito grave, muito erro, enfim, atrasamos”*, disse Cesar Maia, em entrevista ao jornalista Fernando Rodrigues (RODRIGUES, 2014).

Outra denominação discutida foi PDC (Partido Democrático de Centro), de inspiração centrista europeia. Marqueteiros chegaram a desenhar um mascote para a nova legenda, que seria um canário da terra. Mas a ideia, no fim, não prosperou. Pragmático, o senador Antônio Carlos Magalhães sempre desdenhou qualquer tentativa que pudesse vir alterar a imagem do partido. Já Bornhausen, ideologicamente bem refinado, estava convicto da mudança. O dirigente pefelista assumiu a responsabilidade e não abriu mão de tentar redefinir a identidade do PFL. Tanto é que, em 2006, o político catarinense pediu que a *MCI*, de Antonio Lavareda, fizesse outra pesquisa qualitativa para testar a popularidade de algumas rubricas, tais como:

PMD (Partido da Mudança Democrática), PML (Partido da Mudança Liberal), PRD (Partido da Renovação Democrática), PRL (Partido da Renovação Liberal), PLD (Partido Liberal Democrático), PDL (Partido Democrático Liberal), PLB (Partido Liberal do Brasil) e PCD (Partido de Centro Democrático) (RIBEIRO, 2011, p.72).

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida ao autor, em 4/5/2017, em seu gabinete na Câmara dos Deputados.

Nenhuma das opções apresentadas ganhou força. Diante da indefinição, Lavareda sugeriu, como forma de reforçar o sentido de renovação e assentar o vínculo do partido com a democracia, que a nova rubrica não tivesse o nome “partido” e que pudesse expressar um sentido “democrático”, visto que as pesquisas indicavam boa receptividade popular. A linha sugerida pelo especialista foi seguida.

A ideia inicial era mudar o nome do PFL para Partido Democrata (PD). Mas, em março de 2007, véspera da convenção nacional marcada para oficializar a troca de nome, os dirigentes pefelistas abriram mão da sigla, visto que “PD” significa pederasta em determinados países europeus. O termo poderia dar duplo sentido e causar dificuldades no campo do marketing, avaliou a direção partidária. A decisão, tomada de supetão, pegou alguns correligionários de surpresa. “Fomos surpreendidos”, reconhece Cesar Maia (RODRIGUES, 2014)

Este foi um processo que revela o poderio do caciquismo na dinâmica interna dos partidos políticos. A decisão de trocar a identidade do PFL foi uma decisão estritamente de cúpula, dos ideólogos do partido, sem aprovação das bases partidárias. Uma construção de “cima para baixo”, como ressalta Mainwaring (2001) ao analisar a história do sistema partidário brasileiro, revelando a profunda hierarquização e centralização dos partidos políticos brasileiros.

Bolívar Lamounier e Raquel Meneguello (1986), em “Partidos políticos e consolidação democrática”, reforça que o nosso modelo partidário, além não muito consolidado, é marcado por “descontinuidade” e “debilidade”, transformando o Brasil em um “caso notório de subdesenvolvimento partidário” (LAMOUNIER E MENEGUELLO, 1986, p.10).

## **2.2 Mudança de PFL para DEM**

O dia 28 de março de 2007, uma quarta-feira de céu azul no Planalto Central, representou um marco dentro da história do Partido da Frente Liberal (PFL). A etapa derradeira da refundação foi oficializada em convenção nacional, com a mudança de nome para Democratas, sob a sigla DEM, aprovada por unanimidade dos pares. Os mais velhos, sob a ânsia de modernizar a imagem do partido, cederam espaço para os mais jovens e abriram caminho para a renovação do comando partidário.

Após 14 anos na presidência do PFL, Jorge Bornhausen passou o bastão para os “menudos”, como era chamada a ala jovem do partido. Rodrigo Maia, então com 39 anos, assumiu a presidência da legenda com o compromisso de fazer o novo partido andar com as

próprias pernas, de construir uma agenda de poder vitoriosa para a sigla. A inspiração da troca de nome veio da Europa, de partidos que fizeram refundações similares para atualizar seus programas e alcançaram o poder, como o Partido Popular (PP) da Espanha e o Partido Social Democrático (PSD) de Portugal.

“O esforço de refundar foi um esforço de atualizar. Nós, portanto, fizemos um processo de atualização da nossa proposta”, revelou Marco Maciel (MACIEL, 2009, p.20). Na avaliação de Jorge Bornhausen, fiador de todo processo de refundação, “o mundo é outro. Houve uma revolução na ciência e na tecnologia, veio a internet, a engenharia genética, a globalização. O pacto entre o partido e a sociedade tem que ser atualizado” (CANTANHÊDE, 2005),

Sob nova roupagem, o DEM buscou ser assertivo junto à sociedade, elegendo bandeiras caras à classe média, como corte de impostos, qualidade na prestação de serviços públicos, redução da máquina pública, meio ambiente e segurança. A ideia era modernizar a imagem do partido, trazê-la para perto do cidadão. “A escolha da bandeira da defesa do cidadão objetiva a aproximação com a sociedade e a diferenciação do estilo populista representado pelo presidente Luiz Inácio da Silva e incorporado pelo PT”, atestou Dora Kramer em coluna no *Estadão* (KRAMER, 2007).

Além de fortalecer seu papel como oposição, o PFL, ao virar Democratas, pretendeu criar uma via que pudesse romper a polarização PT-PSDB. A nova geração de políticos tinha como missão levar o partido a caminhar com as próprias pernas, sem ficar a reboque de ninguém. O que se buscava era mais do que uma alteração de letras no nome, mas sim um fôlego para os anos que viriam a seguir. A mudança de nome foi fortemente influenciada pelo papel do PFL na oposição.

“A refundação do PFL foi uma estratégia de sobrevivência na oposição”, afirma Antônio Lavareda (RIBEIRO, 2001, p.73). A boa aprovação do governo Lula no início de 2007, na casa dos 50%; a crescente penetração do PT em antigos redutos pefelistas, como o Nordeste; e o enfraquecimento eleitoral contínuo do PFL<sup>12</sup> foram fatores decisivos para uma alteração de rumo e a incorporação de uma nova estratégia de atuação.

A repaginação política também teve como objetivo criar vacinas para evitar desconfortos com setores da sociedade. A escolha de Rodrigo Maia é simbólica. Além de jovem, é filho de um ex-exilado político, o ex-prefeito do Rio, Cesar Maia. Os mandachugas pefelistas queriam apagar qualquer tipo de vestígio que pudesse vincular o DEM ao regime

---

<sup>12</sup> Em 2006, o PFL só elegeu um governador (DF) e viu sua bancada diminuir 22% em relação ao pleito anterior.

militar. A pecha de direita apregoada ao partido também não era bem vista pela velha-guarda pefelista.

A alteração de figurino não se limitou ao nome. A mudança também envolveu o estatuto e o programa partidário. O novo estatuto do DEM modificou o *layout* partidário, com a instituição de 13 vice-presidentes temáticos, encarregados de acompanhar as diversas áreas do governo e passar orientações de atuação à Executiva Nacional do partido. Também foi fundado o “Democratas Empreendedor”, criado para guiar o partido na pauta do empreendedorismo, e fortalecido o Fórum de Deputados Estaduais, para garantir mais espaços aos pleitos regionais.

Para tanto, foi formado também um Conselho Político, sob a presidência do então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o qual ficou responsável por avalizar e indicar as alianças eleitorais do DEM no plano nacional. Com a refundação, o Instituto Tancredo Neves também mudou de denominação: passou a se chamar Fundação Liberdade e Cidadania (FLC)<sup>13</sup>, com Bornhausen na presidência. Serviu para acomodar a velha guarda do partido, como Marco Maciel, Hugo Napoleão e Vilmar Rocha. A ala jovem do partido, antes denominado “PFL Jovem”, passou a ser chamado “Juventude Democratas”.

O Democratas ganhou também uma nova identidade visual, ilustrada abaixo. A consultoria *GAD Branding & Design*, contratada pelo partido, buscou aspectos da natureza para remodelar a imagem da legenda. Inspirada na identidade do Partido Conservador britânico, a nova marca, conforme pode ser vista abaixo, adota uma árvore em estilo pau-brasil como personagem principal. A letra D é levemente sugerida em cada grupo de folhas e conota “união pela transparência”, segundo a *GAD*. As cores azuis se entrelaçam com as cores verdes das folhas, reforçando a ligação com o meio ambiente e sustentabilidade.

Segundo a *GAD*, em entrevista ao autor, a nova marca posiciona o Democratas na vanguarda da relação política e meio ambiente, atrelado à defesa da vida. É uma relação “preservador/resistente”, na qual denota algumas características: preservar a vida, o meio ambiente, os direitos do cidadão, a democracia, a família, a história.

---

<sup>13</sup> Como o partido abandonou o termo “liberal” no nome, a Juventude Democratas sugeriu que a expressão “liberdade” fosse preservada no órgão de estudos da legenda.

### Nova marca do PFL-DEM



O pau-brasil é um símbolo do nosso país e significa história, crescimento, raiz, vida, cuidado, preservação, planeta, equilíbrio. O DEM, assim como ecossistemas da natureza, surge com raízes firmes, calcado em princípios, valores, ideias. Esta é a mensagem que transparece no novo *design*, segundo avaliação da GAD. Frente a essa nova configuração, o DEM adotou novos conceitos e *slogans*: “A força das novas ideias”, “Segurança pela vida” e “Liberdade para crescer”.

Para reforçar diferenças com as demais legendas, a nova marca grifou o nome do partido sem o tradicional “P”, apenas “Democratas”. Além disso, para aproximá-lo da população, a expressão “Democratas” foi escrita em caixa alta e baixa, diferenciando-a da tradicional sopa de letras do sistema partidário brasileiro. “A ideia deveria reforçar o nome Democratas e não uma sigla como a maioria dos partidos adota na comunicação”, esclarece Hugo Kovadloff, coordenador do novo *desing* partidário (GAD, 2007).

### 2.3 Reposicionamento programático

Nascido sob as hostes do liberalismo clássico, o PFL, após a refundação, já como Democratas, deu uma guinada ao centro no espectro político-ideológico. Houve um nítido reposicionamento programático e atualização do ideário partidário.

O DEM, no ato de sua fundação, ofereceu ao país dois textos de orientação política: “Compromissos Programáticos” e “Uma Plataforma de Mudança Democrática”. Com a troca de figurino, a nova legenda abraçou teses com as quais não trabalhava até então. Baseado em duas plataformas centrais – meio ambiente e direitos humanos – o partido quis aproximar-se de temas populares, de apego social, livrando-se da posição de direita, da imagem ligada ao conservadorismo, ao elitismo e ao regime militar.

"Sabemos que, na América Latina, a agenda liberal não tem força na sociedade. Temos de caminhar para o social", disse o deputado Rodrigo Maia (RJ) em entrevista à "Folha de S.Paulo" logo após assumir a presidência do Democratas (NVARRO e MAGALHÃES, 2007). O deputado Vilmar Rocha (PFL-GO), figura influente nas decisões partidárias da era Bornhausen, pontua que a nova atuação do partido será voltada para o campo social, mais ao centro. "Não tem como aplicar, neste nosso país de desigualdades, políticas de direita, conservadoras. Isso fica fora da realidade do país", disse o pefelista (FERREIRA, 64, 2002).

No "Manifesto do Democratas"<sup>14</sup>, registrado na ata da fundação, a nova linha programática da legenda foi assim exposta: "Dentro do espectro ideológico, os Democratas se posicionam ao centro do espaço político, com visão e prática reformistas, distante tanto do conservadorismo imobilista quanto da demagogia populista, ambos de vocação autoritária" (BORNHAUSEN, 2005).

Em nome da modernidade, o partido procurou superar o velho embate entre esquerda e direita, passando a professar um liberalismo econômico *light*, com mais presença do Estado no desenvolvimento nacional e mais respeito às minorias e à sustentabilidade, com promoção da justiça social.

Em artigo publicado na Folha de S. Paulo, logo após tomar posse na presidência do Democratas, o deputado Rodrigo Maia já indicava essa mudança de rumo:

Professamos o "empenho pelo direito à liberdade de cada indivíduo e a manutenção da dignidade humana", independentemente da diversidade cultural, social e econômica. Conservadores e imobilistas são aqueles que ressuscitam ou justificam o populismo dos anos 40 e 50 hoje na América Latina. O Estado mínimo abre espaços à injustiça, e o Estado máximo, à corrupção e ao autoritarismo. O Estado cumpre múltiplos papéis, seja por sua função intransferível de equilíbrio social e regional, seja por seu papel essencial de garantidor do Estado de Direito e de mantenedor da ordem, sem a qual nenhuma sociedade sobreviveria. (MAIA, 2007)

Uma decisiva influência para a inflexão ideológica foi a mudança de rumo que a legenda tomou no âmbito internacional, em relação aos seus parceiros programáticos. Em 1999, ainda sob a denominação PFL, o partido cancelou sua filiação à Internacional Liberal e em seguida aderiu à Internacional Democrata de Centro (IDC) e logo depois à União

---

<sup>14</sup> O Manifesto do Democratas foi lançado em março de 2007 durante a convenção nacional que ratificou a troca do nome.



Internacional Democrata (IDU). Esse realinhamento estendeu-se a todas as estratégias e relacionamentos internacionais do partido<sup>15</sup>.

A IDC, entidade que reúne partidos do centro à direita, é uma instituição mundial de valores democratas-cristãos, com visão humanista, que defende a democracia representativa, a economia social de mercado e a livre iniciativa. Além do Democratas, único partido brasileiro com cadeira titular na organização<sup>16</sup>, a IDC tem nos seus quadros partidos de alto prestígio, como o Partido Popular (PP) da Espanha; a União Democrata-Cristã (CDU) da Alemanha; Partido Social Democrata (PSD) de Portugal; os Republicanos da França, entre outros. A IDU, com sede na Noruega, também segue a mesma linha de pensamento conservador da IDC, agregando legendas como Partido Republicano dos EUA e o Partido Conservador do Reino Unido.

Paulo Gouvêa, secretário-executivo da Fundação Liberdade e Cidadania (FLC), órgão de estudos políticos do Democratas, explica que, diante da decadência dos partidos liberais no mundo, visto que estes não conseguiram a adesão das massas populares aos seus programas, o PFL-DEM decidiu aproximar-se de partidos vitoriosos, que alcançaram o poder, como forma de aumentar o intercâmbio com experiências bem-sucedidas no mundo.

“A Internacional Liberal tornou-se uma parceria inútil ao DEM. Os partidos liberais na Europa e na América eram legendas absolutamente inexpressivas, longe do poder. Todos os partidos vitoriosos estavam mais ao centro, ligados a IDC, a qual nos filiamos”, ressalta (entrevista ao autor)<sup>17</sup>.

“Acompanhamos todos os grandes partidos europeus, em especial a CDU da Alemanha e o PP da Espanha. E nos mantivemos filiados a UDI – base dos conservadores britânicos e republicanos dos EUA, da mesma forma que a CDU e PP”, justifica Cesar Maia, atual vice-presidente da IDC, representante do DEM na instituição (entrevista ao autor)<sup>18</sup>.

O DEM procurou distanciar-se do fundamentalismo puro da doutrina liberal, com vistas a ganhar mais apoio popular. “Saímos de uma direita liberal para um centro-democrático, com um invólucro mais humanista”, constata Paulo Gouvêa. No Congresso de refundação da legenda, realizada em 2005 no Rio de Janeiro (RJ), Bornhausen já havia indicado os novos passos do partido, em virtude da parceria firmada com a IDC. “A IDC e o

<sup>15</sup> A Juventude Democratas manteve relações com a Fundação Friedrich Naumann, ligada ao Partido Liberal alemão, até 2014. Desde então, a juventude do partido firmou parceria com a Konrad Adenauer.

<sup>16</sup> O DEM também é membro da Organização Democrática Cristã da América (ODCA), braço da IDC na América.

<sup>17</sup> Entrevista concedida em 3/5/2017, na sede da Fundação Liberdade e Cidadania, em Brasília.

<sup>18</sup> Entrevista concedida em 5/5/2017, por e-mail.

PFL têm identidade ideológica de centro-reformista. Não queremos nem ser de direita nem de esquerda, somos contra qualquer radicalismo e a favor da economia de mercado com regulação do Estado”, professou (CANTANHEDE, 2005)

Apesar do discurso centrista, o DEM não deixou de abraçar cláusulas pétreas presentes em seu DNA de formação, como liberdades individuais, livre iniciativa, descentralização política e repulsa a ideologias de viés autoritário. Por sinal, conforme registro na ata da refundação do partido, “o nome Democratas, com a abreviação DEM, significa o contraponto com o populismo que busca se instalar no continente e no Brasil pelas mãos do Presidente da República e de seu partido, o PT”<sup>19</sup>.

A aspiração do DEM é fazer um contraponto ao populismo entranhado nos regimes políticos da América Latina, notadamente em países como Venezuela, Bolívia e Equador, que esfacela as instituições e escraviza os indivíduos. No manifesto de nascimento do Democratas, lido por Marco Maciel na convenção nacional de estreia da nova marca, realizada em março de 2007, o partido firmou claro compromisso no combate ao populismo e na defesa do estado democrático de direito.

A América Latina assiste ao avanço de uma onda populista pela qual o Brasil não deve e não vai se deixar engolir. O anacrônico populismo conduz ao autoritarismo e assistimos nos países nos quais ele avança a redução dos direitos individuais, o enfraquecimento dos Legislativos, a ameaça à liberdade de imprensa e uma tentativa de seus representantes de perpetuação no poder. A democracia brasileira está madura no campo político e, com a atuação incisiva dos Democratas, a sociedade não permitirá aventuras populistas e autoritárias (Ata de fundação do Democratas, 2007)<sup>20</sup>.

## 2.4 Democratas como partido *cath-all* e profissional-eleitoral

O PFL, ao virar DEM, tentou modernizar seu escopo doutrinário com uma saraivada de temas universais e de boa aceitação popular. Em vez de firmar-se como uma força de centro-direita, de clara linha programática liberal-reformista, o DEM preferiu enveredar pelo caminho mais congestionado do quadro partidário brasileiro, inclinando-se a um centro vago e fragmentado, de programa doutrinário genérico e profundamente hesitante. Os cinco compromissos programáticos assumidos pela nova legenda, conforme exposto abaixo, se enquadram em qualquer partido, de qualquer linhagem ideológica, de tão abstratos que são.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Ata-da-Conven%C3%A7%C3%A3o-Nacional-do-PFL-28.03.07.pdf>. Acesso em: 5/5/2017.

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Ata-da-Conven%C3%A7%C3%A3o-Nacional-do-PFL-28.03.07.pdf>. Acesso em: 5/5/2017.

1 - Aprofundar a democracia brasileira com instituições fortes e segurança jurídica; 2 - combater a pobreza: um compromisso político e um imperativo ético; 3 - reformar o Estado, com vistas a robustecer seu caráter democrático e republicano; 4 - promover a economia do emprego e do empreendimento; 5 - promover a inserção competitiva e responsável do Brasil no mundo globalizado (BORNHAUSEN, 2005).

Os textos programáticos do novo PFL evitam o uso de termos como “centro-direita”, “conservador”, “liberal”, “cristão”, “liberalismo”, “humanismo”, características comumente atreladas aos partidos filiados à IDC. O partido é definido apenas como “moderno”, em tom abrangente. Trata-se, portanto, de um típico caso de desideologização partidária, característico de partidos *cath-all*, conceituado por Kirchheimer (1966) em algumas específicas:

- a) Enfraquecimento do conteúdo programático. Os partidos passam a usar discursos genéricos e abrangentes, sem apego a ideologias claras;
- b) Fortalecimento dos caciques partidários no comando do partido, em detrimento de seus apoiadores;
- c) Perda de protagonismo do militante na vida partidária. O cidadão fica cada vez mais distante da vida partidária;
- d) Deslocamento do partido em relação a grupos específicos. O discurso passa a ser plural e universal; e
- e) Ampliação da mercadologia eleitoral. Os partidos difundem com mais pragmatismo programas que possam abranger a todas as classes.

Por sinal, todo o processo de refundação do PFL foi orientado por pesquisas técnicas, comandadas por especialistas das áreas de política e comunicação. “Lavareda quase foi presidente do partido. Fazia as pesquisas nacionais, orientava, reunia”, disse Cesar Maia, referindo-se a Antonio Lavareda, cientista político que comandou o trabalho de repaginação de imagem.

As pesquisas comandadas pela MCI - consultoria responsável pelo trabalho da troca de nome do PFL - indicavam que, para um partido ser moderno e atual, como almejava o Democratas, era necessário abraçar bandeiras contemporâneas, de boa receptividade popular. Os marqueteiros escolheram dois temas prioritários como plataformas para orientar a atuação do Democratas: direitos humanos e meio ambiente.

Algumas perguntas merecem ser feitas: será que o eleitor do DEM almejava isso? As bases partidárias estavam dispostas a trocar a pauta de segurança pública, tão cara aos brasileiros, por direitos humanos? Trocar a defesa do emprego, que aflige milhões de famílias,

e dar prioridade a meio ambiente? Não que direitos humanos e meio ambiente sejam temas descartáveis, mas parece ser nítido que a base partidária não foi ouvida no processo.

A voz do especialista sobrepujou o político, sem qualquer tipo de debate junto aos militantes do partido. Trata-se, portanto, de um distintivo caso de partido “profissional-eleitoral” abordado por Angelo Panebianco, nos anos 1980, no qual a figura do especialista tem presença influente na performance da agremiação. O partido ganha tons profissionais, marcados por quadros técnicos nos principais postos de comando, desde o formulador de conteúdo ao estrategista de marketing (PANEBIANCO, 2005).

Passados dez anos da mudança de nome, nota-se que as duas plataformas sugeridas pelos marqueteiros não receberam prioridade alguma do partido, revelando o quão deslocado da vida real da legenda caminhou o processo de refundação do PFL. Os atuais comandantes do DEM reconhecem o erro do processo. “A troca de PFL para DEM foi só de embalagem”, reconhece ACM Neto (RODRIGUES, 2012). “Mudar nome é maquiagem. Já fizemos isso e não surtiu efeito algum”, afirma o senador Agripino, presidente do partido (CARVALHO e FRANCO e, 2017).

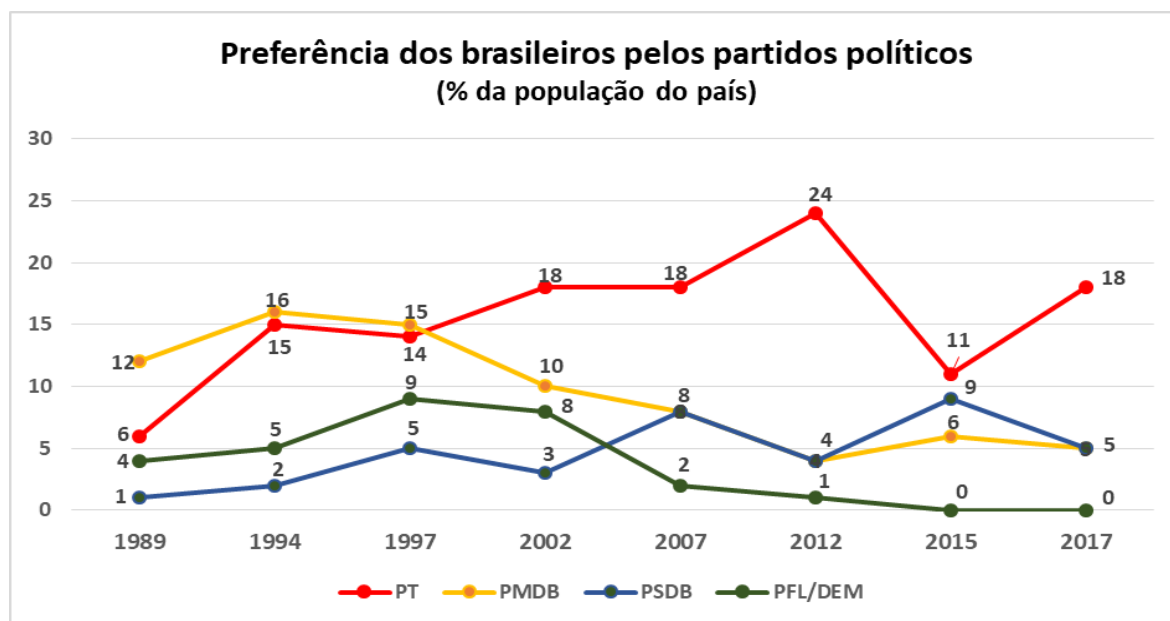
## **2.5. Pouca renovação e perda de identidade**

Ao generalizar o programa partidário, em busca de ampliar seu público-alvo, o Democratas remou em direção contrária às ideias professadas por suas bases e acelerou a perda de identidade da legenda. “O PFL ao menos figurava com alguma identidade nas pesquisas, mas o DEM fez sumir isto”, critica Cesar Maia, atual vereador do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2014).

De fato, o partido perdeu identificação com os brasileiros, conforme mostra o gráfico 2. Segundo o Datafolha, em 1997, o PFL era o partido favorito de 9% da população brasileira, mantendo-se estável em 2002, quando alcançou 8% de popularidade, números melhores que os apresentados pelo PSDB.

O decréscimo de identidade junto à sociedade veio a partir de 2007, cuja ano marcou a troca de nome de PFL para DEM. Naquele ano, o partido tinha a preferência de 2% dos brasileiros. De lá até aqui, a trajetória é decadente. Desde 2015 o Democratas não pontua na pesquisa do Datafolha.

(Gráfico 2)



Fonte: Datafolha

Outro indicador que podemos observar, como forma de aferir o grau de identificação partidária, é o voto destinado à legenda nas disputas para a Câmara dos Deputados, indicador característico de votos mais ideológicos. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), desde que ocorreu a troca de PFL para DEM, tem diminuído o número de eleitores que apertam o número 25 nas urnas, como revela a tabela 3. Em 2006, o PFL havia recebido 573,9 mil votos nas eleições para deputado federal. Em 2014, já como DEM, esse número despencou para 217,3 mil votos, uma queda de 62% no período.

(Tabela 3)

**Voto na legenda nas eleições para a Câmara dos Deputados - 1998 a 2014**

Eleições de 1998		Eleições de 2002		Eleições de 2006		Eleições de 2010		Eleições de 2014	
Partido	Votos por Legenda	Partido	Votos por Legenda	Partido	Votos por Legenda	Partido	Votos por Legenda	Partido	Votos por Legenda
PT	2.313.388	PT	2.353.518	PT	2.216.710	PT	2.332.484	PSDB	1.927.681
PSDB	2.295.816	PSDB	1.174.458	PSDB	1.779.884	PSDB	1.979.118	PT	1.750.181
PMDB	890.398	PDT	822.888	PDT	807.307	PMDB	844.868	PMDB	738.841
PPB	689.052	PMDB	710.775	PMDB	742.970	PV	823.733	PSB	693.477
PDT	661.923	PFL	667.146	PFL	573.877	DEM	368.751	PSD	329.992
PFL	654.771	PPB	572.567	PV	571.002	PDT	367.122	PDT	327.350
PTB	329.077	PSB	436.028	PP	376.186	PP	342.392	PP	270.956
PRONA	256.605	PPS	305.681	PSOL	315.936	PSB	297.720	PSOL	259.077
PPS	241.951	PTB	304.143	PTB	237.859	PR	261.381	DEM	217.287
PSB	190.885	PL	214.926	PSB	219.470	PTB	229.593	PTB	210.554
PL	157.951	PV	127.187	PPS	203.151	PC do B	203.011	PV	195.473

A dita oxigenação de quadros sugerida pelo processo refundação não se efetuiu. Para concretizar tal propósito, a convenção nacional de 28 de março de 2007, convocada para oficializar a troca de nome do partido, autorizou a destituição de todos os diretórios da legenda, em todas as instâncias (municipal, estadual e federal), instituindo comissões provisórias<sup>21</sup>.

Os diretórios provisórios iriam perdurar de 28 de março a 12 de dezembro de 2007, quando a legenda realizaria eleições internas. Neste ínterim, o DEM planejou receber novos quadros, oxigenar os diretórios ou mesmo estimular fusões com pequenas siglas, de forma que o partido pudesse incorporá-las no futuro e, assim, voltar a crescer. A intenção, entretanto, não logrou efeito. Dos 27 diretórios estaduais constituídos (incluindo o DF), apenas Minas Gerais trocou de comando, como pode ser visto na tabela 4<sup>22</sup>. Ou seja, os diretórios estaduais continuaram sob a direção dos mesmos caciques.

A dissolução dos diretórios surtiu efeito contrário. Em vez de ganhar novos quadros, o partido diminuiu de tamanho. Entre março de 2007 e dezembro de 2007, período da desintegração dos diretórios, o DEM perdeu 25 mil filiados, uma queda de 10%, passando de 1,024 milhão de filiados para 999 mil integrantes.

A mudança de nome também não foi bem compreendida pelas bases partidárias. É comum até hoje líderes do partido falarem “PFL” ou “ITN”, em referência aos tempos passados. Isso sem falar em alguns desconfortos. Por exemplo, a grafia do nome e suas concordâncias: “O Democratas”, “Os democratas” ou “O Democrata”? Ou mesmo piadas jocosas: DEMo? DEMônio? Até mesmo para fazer pesquisas ou monitoramento na internet é confuso. Quando se digita “DEM” ou “Democratas” no Google, logo aparecem referências ao partido Democratas dos EUA ou aos democratas-liberais (LibDem) do Reino Unido.

Apesar de certo estranhamento inicial, o nome Democratas foi institucionalizado ao longo do tempo. “Durante alguns anos a troca de nome foi criticada internamente, mas nos últimos 4 anos foi incorporada”, diz Cesar Maia (entrevista ao autor)<sup>23</sup>. “Esse é um assunto superado, hoje é DEM. Eu sempre achei que a identidade partidária se mostrava de maneira mais nítida com o adjetivo liberal, mas é hora de olhar pra frente”, relata a jovem deputada estadual Priscila Krause, de Pernambuco (BENITES, 2015).

<sup>21</sup> O novo estatuto do DEM, aprovado em março de 2007, estabeleceu o seguinte: “No período compreendido entre dia 28 de março de 2007, data de realização da II Convenção Extraordinária de Refundação, e o dia 12 de dezembro de 2007, conforme estabelecido no calendário, o Democratas será dirigido por uma Comissão Provisória Nacional, eleita em convenção, segundo os preceitos deste Estatuto”. Disponível em: [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)

<sup>22</sup> A troca de chefia no diretório do DEM mineiro não foi por força de renovação. Por conta da saúde debilitada, o senador Eliseu Rezende teve que abrir espaço para o deputado Carlos Melles, mas continuou exercendo influência sob o diretório.

<sup>23</sup> Entrevista concedida em 5/5/2017, por e-mail.

**(Tabela 4)**  
**Composição dos diretórios estaduais do Democratas – março/07 a dezembro/07**

Regiões do País	Convenção – março/2007	Convenção – dezembro/2007
	Presidentes estaduais provisórios	Presidentes estaduais definitivos
<b>Região Norte</b>		
Acre	Manoel N. Lima	Manoel N. Lima*
Amapá	Davi Alcolumbre	Davi Alcolumbre
Amazonas	Pauderney Avelino	Pauderney Avelino
Pará	Vic Pires Franco	Vic Pires Franco
Rondônia	José Bianco	José Bianco*
Roraima	Francisco Rodrigues	Francisco Rodrigues
Tocantins	João Oliveira	João Oliveira
<b>Região Nordeste</b>		
Alagoas	José Thomaz Nonô	José Thomaz Nonô*
Bahia	Paulo Souto	Paulo Souto
Ceará	Moroni Torgan	Moroni Torgan*
Maranhão	Clóvis Fecury	Clóvis Fecury
Paraíba	Efraim Moraes	Efraim Moraes
Pernambuco	Mendonça Filho	Mendonça Filho
Piauí	Francisco Cavalcante	Francisco Cavalcante
Rio Grande do Norte	José Agripino	José Agripino
Sergipe	João Alves	João Alves
<b>Região Centro-Oeste</b>		
Distrito Federal	Paulo Octávio	Paulo Octávio
Goiás	Ronaldo Caiado	Ronaldo Caiado
Mato Grosso	Oscar Ribeiro	Oscar Ribeiro
Mato Grosso do Sul	Murilo Zauith	Murilo Zauith
<b>Região Sul</b>		
Paraná	Abelardo Lupion	Abelardo Lupion
Rio Grande do Sul	Onyx Lorenzoni	Onyx Lorenzoni
Santa Catarina	Raimundo Colombo	Raimundo Colombo
<b>Sudeste</b>		
Espírito Santo	Sérgio Aboudib	Sérgio Aboudib
<b>Minas Gerais</b>	<b>Eliseu Resende</b>	<b>Carlos Melles</b>
Rio de Janeiro	Rogério Lisboa	Rogério Lisboa*
São Paulo	Gilberto Kassab	Gilberto Kassab*

Fonte: Diretório Nacional do DEM

## CAPÍTULO III

### Resistência na oposição

#### 3.1. Oposição sem adjetivos

O PFL-DEM inaugurou a oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Em outubro de 2002, logo após o anúncio da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, o partido reuniu sua Executiva Nacional em Brasília e decidiu cerrar fileiras no campo oposicionista. Foi a primeira legenda a tomar posição neste sentido.

“O PFL, fiel ao seu programa, fará uma oposição responsável, fiscalizadora e guardiã das liberdades individuais e coletivas, em que os interesses maiores do Brasil sempre prevalecerão”, diz a nota do partido (BORNHAUSEN, 2004, p.23). Não oposição radical, agressiva, como a que o PT desempenhou no governo FHC, mas construtiva, para cumprir as regras da democracia<sup>24</sup>. “A quem não vence eleições é destinado o papel de oposição, que precisa fiscalizar o governo de modo responsável e propor alternativas. Este é o nosso dever”, ressalta o senador José Agripino (AGRIPINO MAIA, 2011).

A preservação da unidade do partido foi uma preocupação central nesta primeira etapa, visto que o PFL caminhou rachado nas eleições presidenciais de 2002. Parte do partido apoiou Ciro Gomes, outra parte ficou com José Serra, e líderes influentes, como Antônio Carlos Magalhães e Roseana Sarney, declararam voto em Lula. “Um partido forte se caracteriza pelo alto nível de coesão interna e é essa posição de unidade que estamos buscando”, disse Marco Maciel, referindo-se ao fato de a Executiva Nacional do PFL ter aprovado a nota crítica ao PT por unanimidade dos membros<sup>25</sup>.

Era a primeira vez que o PFL atuava fora das hostes do governo. Fazer oposição era novidade, por isso mesmo o partido procurou sistematizar a estrutura partidária interna com vistas a ser assertivo no enfrentamento ao Palácio do Planalto. Todas as quintas-feiras, religiosamente às 9 horas da manhã, a Executiva Nacional do partido passou a fazer reuniões para definir a estratégia de atuação no Congresso Nacional. Os líderes da Câmara e do Senado são convocados para discorrer sobre as principais ações das bancadas durante a semana e os

---

<sup>24</sup> O viés reformista, marca histórica do partido, está presente na nota: “O PFL, coerente com suas posições programáticas, continuará dando prioridade às grandes reformas”, diz o texto (BORNHAUSEN, 2004, p.23)

<sup>25</sup> Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/transicao/interna/0,,OI65609-EI1006,00-PFL+anuncia+oposicao+responsavel+ao+PT.html>. Acessado em: 4/4/2017.



parlamentares são instados a debater assuntos estratégicos para o partido, quase sempre com a presença de especialistas e convidados especiais. Esses tipos de encontros foram fundamentais para garantir coesão e organização ao PFL-DEM no exercício da oposição.

O partido profissionalizou sua atuação no Congresso, a fim de tomar posições com mais coordenação e eficiência. Isso foi um diferencial importante na arena parlamentar. A Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, após oito anos consecutivos chefiada pelo deputado Inocêncio Oliveira (PE), inaugurou o período oposicionista sob a liderança do deputado José Carlos Aleluia, da Bahia, que comandou uma completa repaginação na forma de atuação do gabinete.

Aleluia, de pronto, contratou uma equipe altamente profissional para ocupar a Liderança. Montou núcleos de técnicos, de regimentalistas a especialistas em orçamento, para fiscalizar o governo em cada área, uma espécie de governo paralelo, ou “*shadow cabinet*”, seguindo a tradição inglesa. O partido passou a estabelecer o rodízio de líderes, como forma de oxigenar a cadeira do capitão do time.

Gustavo Pires, chefe de gabinete da Liderança, conta que foi aberto um sistema seletivo para contratar a equipe de funcionários, praticamente como um processo de *trainee*, inspirado no modelo de grandes empresas privadas, com provas e entrevistas rigorosas. “Fizemos uma prova para recrutar os melhores quadros. Isso nunca tinha sido feito. Foi bem revolucionário para a época. Uma repaginação completa, mudamos a forma de trabalho”, disse (entrevista ao autor).

A atuação do gabinete ficou tão destacada na Casa que “trabalhar na Liderança do DEM na Câmara passou a agregar valor ao currículo”, afirma Aurélio Macedo, assessor do gabinete (entrevista ao autor). A boa assessoria permitiu aos líderes do DEM o uso de artimanhas regimentais com muita competência, tanto que o partido sabia obstruir votações e derrubar sessões como poucos.

Com todo suporte técnico possível, as bancadas do partido no Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, foram transformadas nos mais ferrenhos instrumentos de fiscalização e controle dos erros do governo. Na Liderança do DEM na Câmara, segundo Gustavo Pires, a orientação dos líderes era “emendar tudo” que viesse do governo. A prática foi seguida à risca. Entre 2003 e 2016, os deputados do Democratas apresentaram 4.222 emendas durante a tramitação de Medidas Provisórias (MPs) enviadas pelos governos petistas ao Congresso. Isso significa que neste período oposicionista, em média, o DEM na Câmara apresentou 302 emendas às MPs por ano, com a intenção de remodelar o conteúdo das propostas enviadas pelo Executivo.

O DEM também teve atuação destacada no plenário, como porta-voz de teses antagônicas ao que representa o PT. Os líderes do Democratas são recordistas em pronunciamentos no plenário da Câmara. Entre janeiro de 2003 e maio de 2016, em média, cada Líder do DEM fez 264 discursos por ano. O Líder do PSDB, em média, ocupou a tribuna do plenário 161 vezes por ano, o que significa 40% menos presença de tucanos na tribuna quando comparado ao rendimento do Democratas.

Incansáveis na fiscalização aos governos petistas, os deputados federais do DEM, ao longo dos 14 anos como oposição, apresentaram 257 requerimentos em comissões temáticas da Casa para convocar autoridades federais a prestar esclarecimentos de problemas públicos ou de supostas denúncias de corrupção em suas áreas.

Por fazer muito barulho, o partido passou a ter destaque especial na imprensa nacional, portando-se como líder na condução da agenda oposicionista. O próprio PSDB reconhece o protagonismo exercido pelo DEM. “Parecia que o Democratas que era o partido majoritário na Câmara diante do desempenho de seus quadros”, ressaltou Aécio Neves, um dos principais nomes do PSDB<sup>26</sup>.

A oposição ao PT era tamanha que em 2006 o DEM baixou uma resolução interna proibindo expressamente os diretórios estaduais de firmarem coligações com candidatos petistas. “Fica vedado às Convenções Estaduais deliberar sobre propostas de coligação com o Partido dos Trabalhadores – PT, para todos os cargos em disputa nas eleições de 2006”, revela a ata do partido, de maio de 2006.

Como demonstração de protagonismo, durante o período em que esteve fora do governo, o Democratas teve 172 parlamentares indicados aos “100 cabeças” do Congresso, lista divulgada anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) que destaca os políticos mais influentes do Parlamento. Na avaliação feita em 2003, no primeiro ano de oposição ao governo Lula, o Diap definiu o PFL “como principal partido de oposição na Câmara dos Deputados”<sup>27</sup>. Naquele ano, 19 parlamentares do partido foram indicados entre os 100 cabeças do Congresso, sendo 16 deputados e 3 senadores. O DEM sempre esteve entre os quatro partidos mais bem colocados no ranking.

O exercício da oposição trouxe verniz ideológica ao DEM, que passou a valorizar posições políticas com convicção, notadamente a redução da carga tributária e a diminuição da máquina pública, com mais protagonismo da iniciativa privada. O partido se desvinculou

---

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.dem.org.br/noticias/convencao-do-democratas-defende-impeachment-e-chama-o-povo-as-ruas/>. Acesso em: 3/7/2017.

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/13-os-cabecas-do-congresso-nacional/191-os-cabecas-do-congresso-nacional-ano-2003>. Acesso em: 28/7/2017.

dos quadros fisiológicos e realizou uma fidedigna lipoaspiração política, na qual lhe garantiu identidade e respeito no cenário político nacional. A posição é compartilhada por Marco Maciel, um dos fundadores do partido. "Eu acho que o partido adquiriu musculatura com o exercício da oposição. Serviu para mostrar o que somos e pensamos", disse (COLON, 2006).

### 3.2 Pedra no sapato do PT

A atuação do DEM foi fundamental para conter os arroubos populistas do PT, portando-se como um porto-seguro na vigilância da democracia representativa, da propriedade privada, do Estado de Direito e das liberdades de expressão e de imprensa. O Democratas, nascido como reação à expansão do populismo na América Latina, tinha a preocupação em evitar que o Brasil, sob o domínio do PT, pudesse se aproximar de práticas adotadas em regimes como Venezuela, Equador ou Bolívia.

Alguns exemplos ilustram o formato de atuação do partido, como quase uma pedra no sapato do PT. Em agosto de 2004, o presidente Lula encaminhou ao Parlamento projeto de lei para instituir o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), cujo papel seria fiscalizar a atividade do jornalismo, inclusive com brechas para açoitar os profissionais da imprensa. Polêmica, a proposta recebeu duras críticas de associações de mídia do país. O Democratas, encampando a bandeira da democracia e da liberdade de expressão, liderou no Congresso a derrubada da proposta. "Trata-se de proposição autoritária (...) compatível com o que foi praticado contra os meios de comunicação e à cultura em geral no regime stalinista, da União Soviética, e no regime ditatorial de Hitler, na Alemanha", criticou o deputado José Carlos Aleluia, líder do PFL<sup>28</sup>. O projeto foi demolido alguns meses depois.

Fiel aos princípios que baseiam a democracia representativa moderna, como a alternância de poder, o DEM foi responsável por extinguir os efeitos da PEC (Proposta de Emenda Constitucional), de autoria do deputado Jackson Barreto (PMDB-SE), apresentada em maio de 2009, que permitia o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O deputado Ronaldo Caiado, após mobilização intensa juntos aos deputados, apresentou requerimento à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) solicitando o arquivamento da iniciativa e, em julho do mesmo ano, a PEC foi definitivamente enterrada. "O DEM foi o partido que impediu que o Brasil se convertesse em uma grande Venezuela tupiniquim", disse o deputado Onyx Lorenzoni, um dos mais ferrenhos opositores ao PT (entrevista ao autor)<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pfl-propoe-devolucao-do-conselho-de-jornalismo-ao-executivo,20040811p37416>. Acessado em: 25/6/2017.

<sup>29</sup> Entrevista realizada no dia 4/5/2017 no gabinete do deputado Onyx Lorenzoni, em Brasília.

A edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), lançado pelo presidente Lula em dezembro de 2009, também foi alvo de críticas. O DEM foi o primeiro da linha a denunciar programa, cujo texto doutrinário fazia críticas ao agronegócio, à mídia e apologias ao aborto. “O PNDH-3 acaba com a liberdade de imprensa nesse país e contribui para o Brasil virar Venezuela, o que nós não queremos”, criticou Índio da Costa (DEM-RJ), candidato a vice-presidente na chapa de José Serra em 2002 (LEAL, 2010). Após pressão do DEM e da sociedade, o governo teve que recuar da versão original do programa e retirou os pontos de discórdia, sobretudo os relacionados à descriminalização do aborto e a intenção de controlar a mídia.

Outro revés imposto pelo DEM ao PT foi em relação ao Decreto 8.243/14, editado pela presidente Dilma Rousseff em maio de 2014, que criou a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Um dos principais pontos da política era a viabilidade de conselhos populares, formados por militantes indicados pelo Palácio do Planalto, poderem interferir no funcionamento de órgãos públicos e definir políticas públicas, independentemente do papel do Congresso Nacional.

A iniciativa foi alvo de fortes críticas do Democratas. “O PT age no sentido de criar um sistema paralelo de poder como Hugo Chávez fez na Venezuela, que em um primeiro momento tenta vender a ideia de participação popular para depois ter suporte para implantar o sistema bolivariano no País”, vociferou Ronaldo Caiado (CARDOSO, 2014).

Mendonça Filho, então líder do partido na Câmara, apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (PDC 1491/14) para sustar o decreto petista, enterrando de vez a matéria. Nas palavras de Mendonça, além de violar as prerrogativas do Congresso, a política proposta servia como um “eufemismo para o aparelhamento ideológico por meio de movimentos sociais, filiados do PT e sindicalistas ligados ao PT” (CARDOSO, 2014).

Era comum o partido estar na tropa de choque para exigir investigação das denúncias de corrupção. No escândalo do Mensalão, o requerimento do pedido para criar a CPMI dos Correios foi formulado pelo senador José Agripino (DEM-RN). O Democratas foi autor de vários outros pedidos de criação de Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs), entre eles: CPI dos Bingos, CPI da Petrobras, CPI do Apagão Aéreo, CPI dos Cartões Corporativos, CPI das ONGs, CPI da Lei Rouanet, e mais recentemente, a CPI dos Fundos de Pensão, presidida pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB).

Na área orçamentária, o partido fiscalizou as contas do governo por meio de uma equipe técnica de acesso ao Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira - Ministério do Planejamento). A equipe de orçamento do partido monitorava diretamente todas as

liberações de verbas seja de emendas, obras ou gastos pessoais de autoridades palacianas. Uma série de abusos praticados pelo governo federal, como o gasto excessivo com cartões corporativos, os atrasos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a falta de repasses de verbas para prevenção de enchentes, os baixos investimentos em estradas e portos, entre outros, só foram descobertos por causa do Siafi do DEM, praticamente o único partido de oposição a fazer esses tipos de levantamentos. O DEM frequentemente abastecia jornais e revistas de grande circulação do país com dados revelando os malfeitos do governo.

Em 2013, a partir de pesquisas orçamentárias, o Democratas montou dentro da Câmara dos Deputados o “Promessômetro”, responsável por monitorar todos os compromissos feitos pelas gestões do PT. “O trabalho dessa equipe levanta números e estatísticas para que nós, da oposição, possamos denunciar, em alguns casos, a publicidade fantasiosa do governo”, admitiu o senador José Agripino (AGRIPINO, 2013).

No âmbito da Justiça, o DEM escalou uma equipe de advogados para monitorar os deslizes do governo. O partido fez um enfrentamento incisivo em relação a temas espinhosos, caros à esquerda brasileira. O Democratas foi o único partido do país que questionou no Supremo Tribunal Federal (STF) a utilização do parâmetro de cotas raciais no vestibular. O partido argumentou que a divisão da humanidade em raça não existe, e que as cotas violariam o princípio da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da legalidade.

O DEM também foi autor da Ação Direta de Inconstitucionalidade que questionou o decreto do presidente Lula, de 2003, o qual regulamentou a demarcação de terras de quilombos. O partido ainda interpelou o STF a respeito da validade do processo legal que instituiu do Programa Universidade para Todos (Prouni), criado na gestão Lula, e também questionou o monopólio exercido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) na emissão de carteirinhas de estudantes. Dentro do espectro da Justiça, o DEM foi o principal intérprete de ações para fiscalizar organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), além da própria UNE, esta comandada pelo PCdoB há anos.

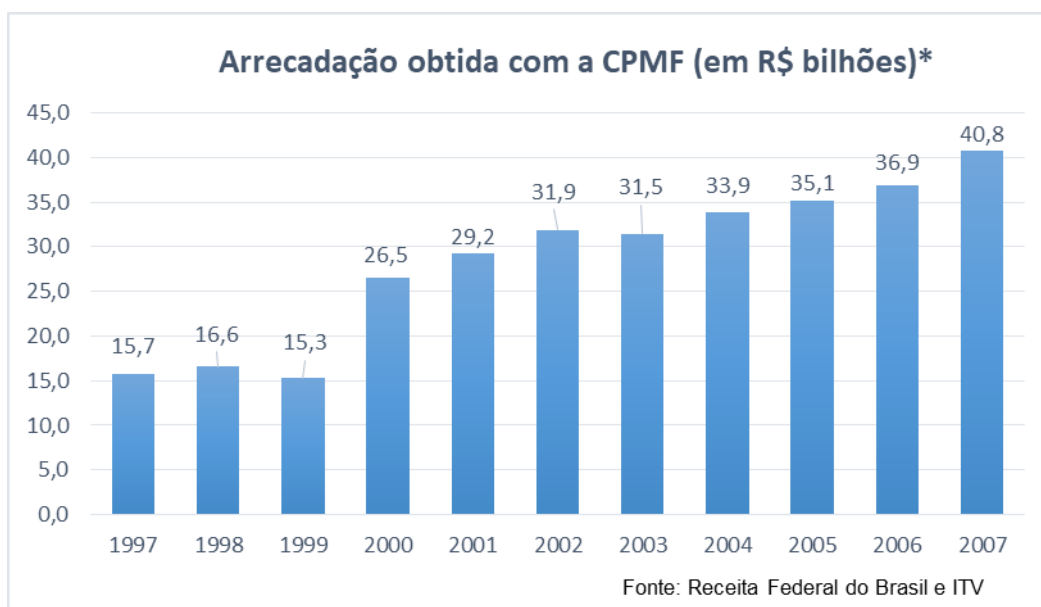
### **3.3 Xô CPMF!**

O auge do Democratas na oposição foi a cruzada para derrubar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), considerada a maior derrota política do governo Lula. O DEM liderou a campanha nacional pelo fim da contribuição, lançando nas

ruas o movimento “Xô, CPMF!”. A causa mobilizou a sociedade rapidamente, de associações comerciais a profissionais liberais ligados à classe média.

O chamado imposto do cheque, como a CPMF era conhecida, além de ser prejudicial à competitividade da economia, sugava uma semana de trabalho do brasileiro, rendendo R\$ 40 bilhões por ano aos cofres da União, descrito no gráfico 3. A ampla mobilização liderada pelo Democratas surtiu efeito. No dia 13 de dezembro de 2007, após sete horas de sessão, o Senado enterrou de vez a CPMF. O governo precisava de 49 votos para preservar o imposto do cheque, mas só teve o apoio de 45 senadores. Nos bastidores, o líder do partido na Casa, José Agripino, conseguiu arregimentar os votos de ex-membros da legenda, como César Borges (PR-BA) e Romeu Tuma (PTB-SP), articulação fundamental para a vitória da oposição. O DEM fechou questão contra a matéria e a bancada votou unida, sem defecções.

(Gráfico 3)



Enquanto o PSDB se dividiu, notadamente pela influência dos governadores de São Paulo (José Serra) e de Minas Gerais (Aécio Neves), que estavam reticentes quanto à perda de receitas nos seus estados, o Democratas marchou coeso e ganhou protagonismo na cruzada nacional contra o aumento de impostos.

A imprensa e analistas políticos destacaram a importância do DEM no processo. “O resultado para o DEM, ex-PFL, foi impecável. Partiu deles a campanha contra o imposto do cheque. Saem com discurso afinado e unidos da disputa”, destacou a revista Época, em longa matéria sobre as consequências sobre o fim da CPMF (AQUINO E MEIRELES, 2008). A

queda da CPMF foi o trabalho mais visível do Democratas na oposição, até hoje reconhecido como um grande feito.

Em 2011, o PT tentou ressuscitar a CPMF com outra marca: Contribuição Social para a Saúde (CCS). A intenção do governo era utilizar o novo imposto para financiar a saúde, mas o DEM, fiel ao seu compromisso de evitar aumento de impostos, inviabilizou a proposta, a partir de uma emenda apresentada pelo deputado ACM Neto no plenário, a qual excluía a possibilidade de criação da CSS.

### 3.4 Troca-troca partidário

O Democratas pagou o preço de posicionar-se na oposição ao longo de 14 anos. Foi o partido político que mais perdeu parlamentares na Câmara dos Deputados enquanto esteve fora do governo – uma sangria de 45 deputados entre 2003 a 2016 (tabela 5). O processo de cooptação foi intenso. O caso mais visível foi na virada de 2002 para 2003, quando o partido se bandeou para a oposição. Nas eleições de 2002, o DEM elegeu 84 deputados federais. Antes mesmo da posse, 10 parlamentares migraram para siglas governistas, sobretudo para o PL (hoje PR). Resultado: concluiu a primeira legislatura (2003 a 2007) com 58 parlamentares, uma perda de 26 parlamentares em quatro anos.

(Tabela 5)  
Migração partidária de deputados federais (2003-2016)

Legislatura	Nº de deputados no início da legislatura	Nº de deputados no fim da legislatura	Saldo final
52ª legislatura (03-07)	84	58	- 26
53ª legislatura (07-11)	65	60	- 5
54ª legislatura (11-15)	43	29	- 14
55ª legislatura (15-16)*	21	21	0
<b>Total</b>	213	168	<b>- 45</b>

Fonte: Câmara dos Deputados

Jairo Nicolau (2017) cita três motivos principais pelos quais os parlamentares são movidos a trocar de legenda: 1) busca por sucesso eleitoral, 2) divergências doutrinárias e, acima de tudo, 3) oportunidades de acesso aos recursos do Executivo.

Migrar para partidos que estão na base de sustentação do governo amplia as oportunidades de acesso à patronagem (indicação de aliados para cargos públicos), de ser agraciado pela liberação de recursos do orçamento ou de ser beneficiado por ações do governo federal em seus redutos eleitorais (NICOLAU, 2017, p.81).

Na legislatura 2007-2010, a migração partidária foi menos acentuada graças à atuação do Democratas junto à Justiça Eleitoral. Em março de 2007, diante da migração partidária constante, o DEM fez a seguinte consulta ao TSE:

Os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda? (OLIVEIRA, 2007)

A resposta do TSE foi concordante e pôs um freio no entra-e-sai partidário. Desde 1985, era a primeira vez que parlamentares corriam o risco legal de perderem os mandatos caso migrassem de partido (NICOLAU, 2017). Com a decisão histórica do TSE, os partidos lesados passaram a adquirir o direito de requisitar os mandatos dos trânsfugas. Na mesma época, dois deputados do DEM acabaram perdendo seus mandatos: Walter Brito Neto (PB) e Bispo Rodovalho (DF).

Apesar da decisão do TSE, o Palácio do Planalto não deu trégua na sanha de diminuir o tamanho do DEM. Insatisfeito com a derrota que o Democratas lhe impôs com o término da CPMF, o presidente Lula partiu para cima dos líderes do partido. Em Santa Catarina, durante comício da candidata Dilma Rousseff nas eleições de 2010, Lula praguejou contra o partido: “nós precisamos extirpar o DEM da política brasileira” (CASTRO, 2010).

Nas eleições do mesmo ano, o presidente petista, surfando com o bom momento da economia à época e gozando de alta popularidade, na casa dos 80% de aprovação, trabalhou firme para esmagar nas urnas os senadores do DEM que votaram pelo fim da CPMF. Foram-se de uma só vez nomes como os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Efraim Morais (DEM-PB) e Heráclito Fortes (DEM-PI)<sup>30</sup>. O senador José Agripino foi um dos poucos sobreviventes. “Sobrevivi. Não deixei meu eleitorado ser enganado pelo canto da sereia do Lula, ou melhor, do PT. Ele não me intimidou. Digladio com o modelo petista”, afirmou Agripino (KLEIN, 2013).

---

<sup>30</sup> Nesta mesma eleição, outros senadores notáveis da oposição não conseguiram se eleger, como Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Mão Santa (PMDB-PI) e Heloísa Helena (PSOL-AL).



## CAPÍTULO IV

### Múltiplas crises

#### 4.1 Implosão desarmada

Dissidências, migrações partidárias, cooptação massiva de quadros pelo governo, erros de estratégia, escândalos de corrupção, além de muita má sorte. Este foi o receituário que abateu a trajetória do Democratas na política nacional e quase o levou a uma irreversível derrocada.

O DEM já definhava desde 2003, quando assumiu as trincheiras da oposição, mas os golpes mais fortes vieram entre 2009 e 2012. Ao longo desse período, não foram poucas as previsões sobre o fim do DEM. Especulações de fusões com outras legendas correram à solta, tamanha desidratação partidária.

O partido depositou confiança em lideranças que terminariam dragadas por crises éticas irreversíveis. O escândalo que abateu o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, foi o início de um período trágico para o partido. Em pleno exercício do mandato, Arruda foi capturado pela Operação Caixa de Pandora, deflagrada em 2009, na qual investigou suposto conluio de distribuição de propina a parlamentares e aliados no Governo de Brasília.

Arruda, único governador do DEM à época, era umas das figuras mais ilustres do partido. Sua administração era considerada exemplar e seu nome chegou a ser ventilado como possível candidato à Presidência da República em eleições futuras. O DEM, disposto a assumir a bandeira contra a corrupção, não pensou duas vezes e, com base nas denúncias irrefutáveis reveladas pela Caixa de Pandora, cumpriu com rapidez o receituário estabelecido no código de ética interno e abriu processo de expulsão do governador por rito sumário<sup>31</sup>.

O Democratas, como um dos principais partidos de oposição à época, procurou dar exemplo e fazer diferente, em contraposição ao gesto tomado pelos petistas no caso do mensalão, principal escândalo durante o governo Lula. A mensagem que o Democratas procurou passar é clara: enquanto o PT afaga seus filiados envolvidos em ilícitos, o DEM corta na própria carne e expurga seus membros implicados com corrupção.

---

<sup>31</sup>O DEM do Distrito Federal foi praticamente desmontado. O vice-governador Paulo Octávio (DEM) e o presidente da Câmara Distrital, Leonardo Prudente (DEM), também foram convidados a deixar o partido. O senador Marco Maciel foi indicado para reorganizar o diretório local.

O senador José Agripino, autor do pedido de desligamento de Arruda dos quadros do Democratas, explicou, em artigo publicado na Folha de S.Paulo, a atitude da legenda:

O partido providenciou, no tempo adequado, o expurgo exigido pelos fatos no Distrito Federal. Detectado o problema, o corrigimos drasticamente, afastando os envolvidos com irregularidades. Em nenhum momento contestamos as evidências exibidas pelos meios de comunicação ou alardeamos a existência de conspirações. O futuro vai nos reservar o direito de dizer que fizemos história partidária. A expressão “mensalão” fica, assim, preservada como patrimônio de outros partidos que não souberam ou não puderam distanciar-se do território da corrupção. (MAIA, 2010)

"Demos uma grande resposta ao talvez caso mais grave de nossa história, nos diferenciando de outros partidos", disse Rodrigo Maia, então presidente da legenda, reforçando a postura de não convivência com a improbidade (ARRUDA, 2009). O DEM ficou preocupado com a imagem que passaria para a sociedade, de perder o discurso da política limpa e transparente, tendo em vista que em 2009 foi um dos primeiros partidos do país a baixar uma resolução interna no sentido de proibir candidaturas de filiados fichas-sujas.

Mesmo assim, o estigma atrelado a agremiação foi inevitável, sobretudo nos meios de comunicação. “O episódio de Brasília desgastou muito a imagem do partido. Especialmente porque acabou carimbado como ‘O Mensalão do DEM’. Injustamente, erradamente, mas nos prejudicou muito”, avaliou Jorge Bornhausen (JORGE, 2011).

Outro caso que abateu a legenda foi o envolvimento do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), então líder do partido no Senado, com integrantes de contravenção do jogo do bicho. Flagrado em conversas pouco republicanas com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, Demóstenes não foi poupado pelo DEM. Assim que o caso veio à tona, no primeiro semestre de 2012, o partido pediu sua expulsão e, logo depois, os senadores cassaram seu mandato.

O Democratas chegou a organizar uma série de viagens do então senador goiano pelo Brasil, com o objetivo de prepará-lo para uma eleição presidencial. Sua atuação firme no Parlamento, como uma voz conservadora, pôs o DEM em destaque nacional, chegando a estampar as páginas amarelas da revista Veja. Era mais uma aposta do DEM que acabou perdida no meio do caminho.

A quase implosão, contudo, veio mesmo em maio de 2011. Em uma estratégia para se aliar ao governo Dilma, o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, tramou a formação de uma nova legenda, o Partido Social Democrático (PSD), levando consigo quase metade dos parlamentares do Democratas.

Logo após as eleições de 2010, com o PT e Dilma vitoriosos nas urnas e o governo Lula beirando quase 90% de popularidade, Gilberto Kassab começou a trabalhar internamente por uma fusão entre DEM e PMDB, partido do vice-presidente eleito, Michel Temer. A hipótese foi rechaçada pela Executiva Nacional do Democratas, mas Kassab não cedeu em suas pretensões e começou a testar forças dentro do partido, com vistas a tomar o controle da agremiação.

O racha do Democratas ficou escancarado com a disputa pela Liderança do DEM na Câmara, realizada no dia 31 de janeiro de 2011. O deputado ACM Neto (BA), representante da turma que desejava permanecer na oposição, ganhou a eleição por 27 votos a 16. Ele duelava o posto com o deputado Eduardo Sciarra (PR), ligado ao grupo de Kassab, Bornhausen e Kátia Abreu.

A vitória de ACM Neto, além de representar o estopim que abriu a dissidência, é simbólica: significa o fim das negociações referentes à fusão DEM-PMDB, defendida por Kassab, e a abertura do caminho para o senador José Agripino (DEM-RN) assumir a presidência do partido no lugar de Rodrigo Maia.

O Democratas adiantou as eleições internas do partido, tentando evitar a migração de lideranças, com a missão de formar uma nova Executiva que pudesse alinhar os dois grupos. O grupo de Bornhausen ainda tentou emplacar o ex-senador Marco Maciel para a presidência do partido, mas no fim quem prevaleceu foi o senador Agripino Maia, uma solução de equilíbrio em meio ao caos, visto que seu nome não pertencia nem a um lado nem a outro. O desembarque de Kassab, contudo, já estava traçado e a formação do PSD tornou-se inevitável, servindo de abrigo para deputados insatisfeitos com os seus atuais partidos. O DEM ainda lançou uma guerra fratricida na justiça para denunciar fraudes no processo de registro da nova legenda, mas não obteve êxito.

Kassab aproveitou-se de brecha legal na legislação, a qual assentava que em caso de fundação de novo partido, o político que trocasse de legenda não perderia o mandato. A fidelidade partidária instituída em março 2007, após ação do DEM junto ao TSE, foi “eficiente para desestimular a migração partidária por quatro anos e meio, mas a partir de setembro de 2011, a migração passou a acontecer coletivamente, com a transferência para os novos partidos” (NICOLAU, 2017, p.85)

A imprensa nacional conceituou o novo partido como um retrato fiel da folia partidária no país, marcado pelo fisiologismo, adesismo e falta de programas coesos. Vera Magalhães, então colunista da Folha de S.Paulo, disse que “[Kassab] sai do episódio como patrono do ‘partido-ônibus’, no qual políticos insatisfeitos de diferentes matizes ideológicos farão

baldeação rumo a novos destinos” (MAGALHÃES, 2011). Já Dora Kramer, no Estado de S. Paulo, ressalta a pouca consistência doutrinária do novo partido:

O PSD, partido cuja criação foi anunciada oficialmente pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, é uma síntese do quadro partidário brasileiro. Não tem ideário específico nem posição nítida, se propõe a transitar do governo à oposição, não faz exigências de natureza doutrinária a quem se dispuser a aderir, não apresenta um plano de voo além da oportunidade de disputa de eleições e exibe um programa adaptável a gregos e troianos. (KRAMER, 2011)

Sem apegos doutrinários, a criação do PSD reflete a desorganização do sistema partidário brasileiro: pouco institucionalizado, desalinhado no aspecto programático e ideológico, confuso do ponto de vista burocrático e frágil na identificação com os eleitores (MAINWARING, 1999). A máquina de criação de legendas no Brasil também tem claros objetivos práticos: usufruir de polpudas verbas do Fundo Partidário e do gracioso tempo gratuito de TV, ambos bancados pelos pagadores de impostos. Trata-se de um modelo ultrapassado que enfraquece a democracia representativa.

Estimulado pelo Palácio do Planalto, a criação do PSD foi um baque para o DEM<sup>32</sup>, como pode ser visto na tabela 6. O partido perdeu 44% de sua bancada na Câmara Federal, totalizando 19 defecções (16 com mandatos e 3 licenciados). São eles: Fernando Torres (BA), José Nunes (BA), Paulo Magalhães (BA), Heuler Cruvinel (GO), Eduardo Sciarra (PR), Arolde de Oliveira (RJ), Guilherme Campos (SP), Eleuses Paiva (SP), Junji Abe (SP), Walter Ihoshi (SP), Irajá Abreu (TO), Marcos Montes (MG), Onofre Santo Agostini (SC), Nice Lobão (MA), Hugo Napoleão (PI) e Júlio Cesar (PI). Vilmar Rocha (GO), João Rodrigues (SC) e Paulo Bornhausen (SC) estavam licenciados do mandato.

(Tabela 6)  
Total de perdas de deputados federais após a criação do PSD

Partido	Bancada antiga	Total de perdas	Taxa de redução
<b>DEM</b>	<b>43</b>	<b>19</b>	<b>- 44%</b>
PSDB	52	4	-7,6%
PR	42	4	-9,5%
PP	41	6	-14,6
PMDB	80	3	-3,75%
PPS	12	4	-33,3%
PDT	28	3	-10,7%
PTB	22	2	-9,0%

Fonte: Câmara dos Deputados

<sup>32</sup>O PSD nasceu com 48 deputados federais, a terceira maior da Câmara. Jairo Nicolau (2017) avalia que “essa foi a maior migração partidária para uma nova legenda desde a promulgação da Constituição de 1988” (NICOLAU, 2017, p.85).

Em alguns estados, o DEM foi praticamente esvaziado. Exemplo maior foi Santa Catarina (SC), que contabilizou grandes perdas: o governador Raimundo Colombo, 3 deputados federais, 7 deputados estaduais e 43 prefeitos. A tradicional família Bornhausen, fundadora do partido em 1985, também decidiu se afastar do partido. Em São Paulo (SP), o Democratas perdeu o vice-governador Guilherme Afif Domingos, 4 deputados federais e prefeitos de importantes cidades, como Ribeirão Preto (Darcy Vera) e Mogi das Cruzes (Marco Bertaiolli), além do próprio Kassab – prefeito da maior metrópole da América Latina.

Em Tocantins (TO), o partido ficou magro com a saída da senadora Kátia Abreu, umas das líderes da bancada do agronegócio no Congresso. No Maranhão, a legenda perdeu os laços com a família Lobão, ficando sob o controle de Clóvis Fecury, um suplente de senador de baixa expressão eleitoral. No Piauí, o DEM viu migrar dois deputados federais e ficou sem nenhum representante no Congresso. Esvaziado, o diretório local passou a ser comandado pelo prefeito de União (PI), uma cidade de apenas 50 mil habitantes.

Desde a notícia da criação do PSD, o DEM viveu uma onda de fuga de lideranças locais. Além de Índio da Costa, candidato a vice-presidente em 2010 na chapa encabeçada por José Serra, abandonaram o partido o ex-ministro da Previdência, Roberto Brandt; o ex-ministro da Saúde Alcení Guerra; o ex-governador de São Paulo, Cláudio Lembo; os ex-deputados federais Heráclito Fortes (PI) e André de Paula (PE), além do tesoureiro da legenda, Saulo Queiroz (MS).

O adesismo dos que migraram para o novo partido ficou evidente. O deputado Julio Cesar, do Piauí, não suportou passar tanto tempo distante do poder. “A base cobra muito. Sou muito ligado aos prefeitos, aos deputados estaduais, e eles não estavam conseguindo liberar as verbas federais”, confessou o deputado em entrevista ao jornal Valor (KLEIN, 2013).

O enfraquecimento do DEM, naquele momento, no fundo, também significava o enfraquecimento da democracia. O PSD levou um em cada cinco integrantes da oposição no Parlamento. “O adesismo é uma característica triste da nossa cultura política, marcada pelo antipartidarismo e patrimonialismo”, destaca o ex-ministro Gustavo Krause, do Democratas de Pernambuco (entrevista ao autor)<sup>33</sup>.

O encolhimento do Democratas, por outro lado, ajudou a reduzir a disputa por espaços políticos nos estados. O DEM passou a viver um fenômeno próprio de sistemas partidários hiperfragmentados, o qual poderia ser denominado “síndrome dos 27”. Com o esvaziamento de quadros, o Democratas praticamente abrigou um parlamentar por estado. De um lado, melhorou o clima interno nos diretórios, pois as antigas disputas desapareceram. De outro,

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida por telefone, em 2/5/2017.

favoreceu o controle da legenda por um só líder, aumentando o caciquismo e dificultando a entrada de novos quadros. O partido ficou preso à “síndrome dos 27” e pouco conseguiu oxigenar os diretórios estaduais.

Com a formação do PSD, por exemplo, o Rio de Janeiro ficou controlado apenas pelo deputado Rodrigo Maia, sem divisões internas. Ronaldo Caiado passou a reinar sozinho no diretório do DEM em Goiás (GO), mesmo conforto para a Professora Dorinha, em Tocantins (TO), Abelardo Lupion, no Paraná (PR) e Mendonça Filho, em Pernambuco (PE). Em outros estados, o DEM já estava sendo controlado por apenas um líder, como Alberto Fraga, no Distrito Federal (DF), Onyx Lorenzoni no Rio Grande do Sul (RS) e Pauderney Avelino no Amazonas (AM).

Após a irrupção do PSD, as vozes agourentas decretavam o fim do DEM, tal como Lula havia professado em 2010. Resistir a tamanho baque foi o momento mais difícil pelo qual passou o partido.

- a) “Acho que o DEM vai ser extinto, vai ter um novo caminho”, professou Raimundo Colombo, governador de Santa Catarina (PERBONI, 2011);
- b) “DEM é um partido em depreciação”, julgou Cláudio Lembo, ex-pefelista histórico (CARDOSO e URIBE, 2011);
- c) “O DEM tende a sumir”, admitiu a governadora do Rio Grande do Norte, que depois abandonou o partido (LOYOLA e RAMOS, 2014).

O processo de declínio foi tão acentuado que o DEM não conseguiu indicar nem mesmo o candidato a vice-presidente na chapa do PSDB em 2014, encabeçada por Aécio Neves. Em 2010, o partido havia encontrado a mesma dificuldade, só conseguindo emplacar Índio da Costa na vice de José Serra aos 45 do segundo tempo, depois de muita negociação. Nos bastidores, aumentavam os rumores de que a DEM pudesse se fundir a outro partido, sentença quase concretizada em 2015, quando aventou-se uma fusão com o PTB, uma junção esdrúxula de liberalismo com trabalhismo. A direção do DEM chegou a aprovar uma indicação positiva quanto à união das duas siglas, inclusive o programa do novo partido já estava redigido, mas não houve acordo quanto à divisão de comando da imaginada legenda.

Apesar de tantos momentos difíceis, o DEM resistiu firme, notabilizando-se pela coerência e pela qualidade dos seus quadros. “A essência do partido, os melhores talentos e convicções permanecem. Não nos abatemos e quem sai é porque estava determinado, teve razões de governismo ou oportunismo para querer sair”, disse o presidente José Agripino (ALMEIDA e CIPRIANI, 2011).

## 4.2 Gestão Agripino: engenhosidade e moderação

Apesar da dissidência gerada, a eleição de José Agripino deu união ao partido. Pouco antes de ser eleito, o senador potiguar afirmou que sua administração conciliará a “sabedoria dos mais experientes e a juventude dos mais novos”, sem olhar para os deslizes do passado (BONIN, 2011). Agripino, como presidente do partido, realizou um trabalho hercúleo, de longas reuniões internas a exaustivas viagens país agora, com a missão de juntar os cacos e recompor os diretórios estaduais mais atingidos com as deserções para o PSD.

Em São Paulo, o partido conseguiu preservar 80% da bancada de deputados estaduais e manteve cinco federais. O partido contou com a ajuda do governador Geraldo Alckmin para conter a sangria. Rodrigo Garcia (DEM-SP), antigo aliado de Kassab, permaneceu no partido e foi designado secretário de Desenvolvimento Social na gestão Alckmin. Em Santa Catarina (SC), o ex-deputado Paulo Gouvêa comandou a reestruturação da legenda, filiando mais de mil lideranças catarinenses em poucos meses. Em Tocantins, o partido recuperou o espaço perdido, designando a deputada Professora Dorinha (DEM-TO) como presidente regional. O trabalho de reestruturação manteve intacta a bancada estadual do partido na Assembleia Legislativa tocantinense.

Líder político experiente, além de hábil articulador, o senador José Agripino procurou reformular o comportamento do DEM a partir de compromissos programáticos sólidos e transparentes. O carro-chefe foi apostar na massificação das ideias do partido.

Agripino resgatou os fundamentos doutrinários da agremiação, esquecidos desde a mudança de nome em 2007. Assim que assumiu o comando do partido, em março de 2011, o senador potiguar divulgou uma carta de princípios, na qual professa a linha programática da DEM, definida como um “liberalismo moderno”.

Nenhum partido do Brasil possui a convergência de ideias do Democratas. É a única agremiação brasileira que tem todas as condições de defender os direitos individuais e a irrestrita liberdade de imprensa, expressão, pensamento e religião como formulação partidária (...). O DEM exige que o Estado sirva à sociedade e não a sociedade sirva ao Estado. É preciso lembrar que ideias como as nossas garantiram riqueza, prosperidade e justiça social para alguns dos países mais poderosos do mundo, como EUA, Inglaterra e Alemanha. Foram essas concepções que deram certo e não o populismo que empobreceu muitas nações. O DEM é a garantia da preservação dessas ideias de liberdade e progresso social no Brasil. O partido defende um liberalismo moderno, voltado para a produção, o emprego e o bem-estar social (MAIA, 2011)<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.dem.org.br/o-democratas-2/carta-do-presidente/>. Acesso em: 15/7/2017.

O partido passou a professar com mais firmeza suas propostas, como a defesa do empreendedorismo e da economia de mercado; a redução da máquina pública e o corte de impostos; ampliação das privatizações; fortalecimento do agronegócio; e mais investimentos em saúde e educação.

A despeito do encolhimento, o Democratas buscou se reestruturar perante uma nova estratégia de comunicação, com atualização de conteúdo e adoção de novas práticas. O partido contratou o Instituto GPP para avaliar, por meio de uma pesquisa quantitativa, o que pensam os brasileiros, quais seus anseios e medos em relação ao futuro do Brasil. A pesquisa, realizada em agosto de 2011, serviu como base para uma nova reconfiguração do DEM, com vistas a conter as perdas para o PSD.

De acordo com a consulta, o maior medo dos brasileiros em relação ao horizonte do Brasil está ligado a violência/criminalidade/drogas (39,1%), seguido por desemprego (9,6%), crise econômica/endividamento/inflação (8,0%) e corrupção (5,2%). Em seguida vêm miséria/má distribuição de renda (4,8%), depois aparecem saúde/falta de atendimento médico (3,1%) e, finalmente, meio ambiente (2,8%) e educação (2,1%).

(Tabela 7)

**Pesquisa GPP – Os medos dos brasileiros em relação ao futuro do Brasil (%)**

Respostas	(%)
Violência / Falta de segurança / Criminalidade / Roubo / Vandalismo	28,9
Drogas / Tráfico	10,2
Desemprego	9,6
Crise econômica / Economia mundial / Instabilidade na economia / Endividamento	5,6
Corrupção / Desonestidade	5,2
Miséria / Pobreza / Fome / Falta de caridade aos pobres / Má distribuição de renda / Exclusão social / Desigualdade social / Problemas sociais	4,8
Nada / Sem medo	3,3
Guerra / Revolução	3,2
Área da saúde / Falta de atendimento médico / Que a saúde piore / SUS /	3,1
Meio ambiente / Sustentabilidade / Poluição / Descuido com o meio ambiente / Desmatamento	2,8
Os políticos / Situação política / Falta de controle dos governantes	2,7
Inflação / Aumento do custo de vida	2,4
Área da educação / Falta de investimento na Educação / Falta de qualificação	2,1
Fim do mundo / Tragédias / Catástrofes naturais/ Desastres naturais / Surgimento de novas doenças / Acabar a comida / Acabar a água	1,6



Os números revelaram a simpatia dos brasileiros por valores conservadores, como segurança e família (tabela 8). Segundo o GPP, 81,4% dos brasileiros são contra a liberação do uso da maconha e 77,2% se opõem à legalização do aborto. O brasileiro também quer punição rigorosa para jovens entre 16 e 18 anos que cometam crimes (90%) e presença de aulas de religião nas escolas públicas (79,7%).

Após conhecimento da pesquisa, o deputado José Carlos Aleluia, uma das principais cabeças pensantes do DEM, argumentou que “o partido tem que reforçar que é um partido de valores, aqueles que são majoritários na sociedade, que é uma sociedade conservadora”, disse em entrevista ao Estadão (RIBEIRO, 2011). O DEM, porém, nunca se assumiu como conservador. Aleluia, em entrevista ao autor<sup>35</sup>, define o partido como “humanista, ligado à democracia-cristã”, em referência aos valores pregados pelos partidos filiados à IDC.

(Tabela 8)

**Pesquisa GPP - Posição dos brasileiros em relação a temas polêmicos (%)**

CONTRA OU A FAVOR (Temas )	A favor (%)	Contra (%)	Não sabe (%)	Total (%)
Jovens entre 16 e 18 anos que cometam crimes devem ser julgados como maiores de idade	90,0	8,4	1,6	100,0
Aula de religião nas escolas públicas	79,7	17,4	2,9	100,0
Liberdade total da imprensa	69,5	22,4	8,1	100,0
Reforma Agrária	68,8	18,3	12,9	100,0
Maior intervenção do Governo na economia	51,8	29,8	18,4	100,0
Pena de morte	45,4	49,5	5,1	100,0
O governo voltar a estatizar mais empresas como a Vale e as empresas de Telecomunicações	45,2	39,2	15,6	100,0
Legalização do casamento entre Pessoas do mesmo sexo	41,6	51,2	7,2	100,0
O Governo deve intervir o menos possível na sociedade	40,1	45,9	14,0	100,0
Privatização de mais empresas públicas, diminuir a participação do governo nas empresas	37,1	48,7	14,2	100,0
Governo controlar a imprensa	20,2	70,6	9,2	100,0
Legalização do aborto	18,3	77,2	4,5	100,0
Liberação do uso da maconha	16,5	81,4	2,1	100,0

Fonte: GPP

<sup>35</sup> Entrevista concedida em 11/5/2017, no gabinete do parlamentar na Câmara dos Deputados.

Segundo o Instituto GPP, o brasileiro é a favor das cotas para a entrada nas universidades, porém prefere as sociais, independentemente da cor da pele (50,3%). Apenas 3,6% da população querem cotas exclusivamente para negros. É expressivo também o percentual de pessoas contra qualquer tipo de cotas: 36,3%.

Outro dado interessante é que a maioria absoluta dos brasileiros não está atenta à ideologia dos partidos (tabela 9). Por exemplo, 6,8% consideram o Democratas de “esquerda”, 6,0% de “centro” e 8,6% de “direita”. 78,6% não sabem nem avaliar. São 16,3% os eleitores que consideram o Partido dos Trabalhadores de “direita”.

**(Tabela 9)**  
**Pesquisa GPP - Classificação ideológica dos partidos (% população)**

Respostas	Esquerda (%)	Centro (%)	Direita (%)	Não conhece/ Não sabe avaliar (%)	Total
PR	5,2	4,4	6,5	83,9	100,0
PP	5,3	4,9	6,4	83,4	100,0
DEM	6,8	6,0	8,6	78,6	100,0
PSB	9,5	5,9	7,5	77,1	100,0
PDT	11,7	8,4	8,8	71,1	100,0
PSDB	11,1	11,3	13,7	63,9	100,0
PMDB	10,6	13,2	16,9	59,3	100,0
PT	26,2	12,0	16,3	45,5	100,0

Fonte: GPP

A troca de marqueteiro foi uma marca da reconfiguração do DEM comandada pelo senador José Agripino. Os programas de TV do Democratas, orientados pela pesquisa GPP, passaram a ser mais incisivos. Os conceitos ideológicos do partido foram trabalhados com mais perspicácia e lucidez. O baiano José Fernandes comanda a elaboração das vinhetas do DEM desde 2011. Seus programas são marcados pelo tripé: liberdade, igualdade de oportunidades e justiça social. “Procuro trabalhar a face de um partido liberal, mas com ideias populares”, define (entrevista ao autor)<sup>36</sup>.

Uma das primeiras inserções, produzidas em 2011, foi uma clara provocação ao público próximo à esquerda. O partido convidou o jovem baiano Bruno Alves, hoje secretário-geral da Juventude Democratas Nacional, natural de uma área humilde de Salvador, para protagonizar uma peça publicitária do partido. A ideia foi quebrar paradigmas e mostrar

<sup>36</sup> Entrevista concedida em 31/5/2017, em Brasília.

que a esquerda não monopoliza os valores populares. "Só porque sou jovem e moro na periferia, alguns políticos pensam que eu tenho que ser de esquerda. A esquerda não é dona da juventude e nem de quem mora na periferia", diz Bruno Alves na propaganda<sup>37</sup>.

Josias de Souza, do portal Uol, em resenha do novo programa televisivo, destaca que os percalços com o advento do PSD ajudaram o partido: "A legenda dedica-se agora a exibir o que todos dizem faltar à oposição: uma plataforma. O DEM tenta virar a página, eis a impressão que salta da propaganda" (SOUZA, 2011).

Agripino também investiu na unificação da linguagem do partido e na potencialização da presença do DEM nas redes sociais. Pelo menos duas vezes por ano, o Democratas realiza encontros com a equipe de comunicação. O objetivo é debater os rumos da comunicação do partido e o uso coordenado e organizado das chamadas redes sociais de internet. Com a presença de especialistas e dirigentes do partido, foi criada a "Rede Democratas", com o objetivo de unificar e integrar todas as assessorias.

Outro destaque do comando de José Agripino é o incentivo dado aos jovens do partido, massificando bandeiras como empreendedorismo e educação. O comando nacional do partido tornou-se braço-direito das atividades da Juventude Democratas, oferecendo-lhe cursos de formação política em todas as regiões do país, por meio de parcerias com a Fundação Liberdade e Cidadania (FLC), órgão de estudos políticos do partido, e também com organizações notáveis de estudos políticos internacionais, como a Fundação Konrad Adenauer, ligada à União Demócrata-Cristã (CDU), e a Fundação para Análise e Estudos Sociais (FAES), vinculada ao Partido Popular (PP) da Espanha.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZOgbmquyy6o>. Acesso em: 20/7/2017.

## CAPÍTULO V

### Trajetória eleitoral

#### 5.1 Performance nas urnas

O PFL-DEM participou de 17 eleições desde sua fundação, em 1985. A aproximação com o Estado trouxe significativos resultados eleitorais para a legenda. Os melhores desempenhos do partido ocorreram justamente quando esteve atrelado ao poder, principalmente no início da gestão Sarney e no auge do governo FHC. Outro ponto que facilitou o sucesso eleitoral do partido, pelo menos enquanto esteve sob a proteção de governos, foi a bagagem eleitoral trazida por seus fundadores, quase todos egressos do velho PDS (TAROUCO, 1999).

**(Tabela 10)**  
**Parlamentares e Governadores do PFL-DEM eleitos (1986-2005)**

<b>Eleições</b>	<b>Deputados estaduais</b>	<b>Governadores</b>	<b>Deputados federais</b>	<b>Senadores</b>
<b>1986</b>	232 (24,6%)	1 (4,3%)	118 (24,2%)	7 (14,5%)
<b>1990</b>	171 (16,3%)	8 (29,6%)	83 (16,5%)	8 (29,6%)
<b>1994</b>	159 (15,2%)	2 (7,4%)	89 (17,3%)	11 (20,4%)
<b>1998</b>	168 (16,2%)	7 (25,9%)	105 (20,5%)	5 (18,5%)
<b>2002</b>	120 (11,3%)	4 (14,8%)	84 (16,4%)	14 (25,9%)
<b>2006</b>	118 (11,1%)	1 (3,7%)	65 (12,7%)	6 (22,2%)
<b>2010</b>	75 (7,1%)	2 (7,4%)	43 (8,3%)	2 (3,7%)
<b>2014</b>	45 (4,2%)	0 (0%)	21 (4,1%)	3 (11,1%)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

O balanço da disputa para a Câmara dos Deputados retrata bem o fenômeno. Nas três primeiras eleições de que participou (1986, 1990 e 1994), o PFL-DEM foi o segundo partido com o maior número de membros na Casa, perdendo apenas para o PMDB. O auge foi alcançado em 1998, quando o partido atingiu o topo da Câmara, elegendo 105 deputados federais, 20,5% do total de cadeiras (tabela 10). Na mesma eleição, o pefelê foi o partido mais votado do país para a Câmara Federal, com 7,94 milhões de votos.

Na oposição, o partido começou a desidratar-se. Foi a legenda brasileira que mais perdeu substância eleitoral nos últimos 14 anos, reforçado pela acentuada migração de lideranças e pela contundente fragmentação partidária no Parlamento. Desde 2003, 11 partidos políticos foram criados no Brasil, estimulando o troca-troca partidário.

O DEM, por ser um partido fundamentalmente parlamentar, de pouco destaque na conquista de Executivos estaduais, sofreu mais que qualquer outro partido de oposição, como

o PSDB, por exemplo. O Democratas, que chegou a possuir 118 cadeiras na Câmara dos Deputados em 1986, viu sua tropa derreter para 21 deputados federais em 2014, sendo a décima maior bancada da Casa, atrás de PTB (25) e empatado com o pouco expressivo PRB (21). Trata-se de um retrato contundente do seu declínio eleitoral.

O número de governos estaduais não é tão significativo na trajetória eleitoral do DEM. Com exceção das eleições de 1990 e 1998, o partido não manteve regularidade na conquista de Executivos estaduais. Em 2006, só venceu no Distrito Federal, com José Roberto Arruda. No pleito de 2014, pela primeira vez na sua história, o DEM não elegeu nenhum governador de estado. Chama atenção a falta de competitividade da legenda na região Sudeste, na qual o partido nunca elegeu um único governador. Dos 25 governadores pertencentes ao PFL-DEM desde sua fundação, 80% foram eleitos em estados do Norte-Nordeste, conforme mostra a tabela 11.

**(Tabela 11)**  
**Governadores eleitos pelo PFL-DEM (por região - 1986 a 2014)**

	Governadores eleitos pelo PFL-DEM								
	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Total
<b>Norte</b>	0	1	0	3	1	0	0	0	<b>5</b>
<b>Nordeste</b>	1	5	2	3	3	0	1	0	<b>15</b>
<b>Sul</b>	0	1	0	1	0	0	1	0	<b>3</b>
<b>Sudeste</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Centro-Oeste</b>	0	1	0	0	0	1	0	0	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>25</b>

Fonte: TSE

No Senado Federal, o PFL-DEM sempre foi um partido muito representativo, com bancadas fortes e expressivas. Em 1998, chegou a ter 20 senadores na bancada, período em que Antônio Carlos Magalhães presidiu a Casa. Na mesma época, os senadores pefelistas ocuparam as três cadeiras disponíveis para o estado da Bahia, um domínio completo. No Senado, diferentemente da Câmara, a legenda conseguiu manter um bom número de parlamentares, pelo menos durante o período Lula.

Em 2006, o partido conseguiu uma façanha: mesmo estando na oposição, elegeu 22,2% do total das cadeiras do Senado em disputa. A bancada do DEM passou a ficar com 18 senadores. Na legislatura seguinte, o baque foi abrupto. Em 2010, das 54 vagas em disputa, o DEM só elegeu dois senadores: José Agripino (RN) e Demóstenes Torres (GO), ou seja, apenas 3,7% do total. Nesta legislatura, iniciada em 2011, a bancada do partido foi reduzida para 4 senadores: José Agripino, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes.

Ao longo do período, outro movimento verificado é o afastamento gradual do partido em relação ao Nordeste, sua antiga base de apoio, e uma relativa evolução para o Centro-sul do país. Em 1994, 57% da bancada do PFL-DEM era composta por deputados nordestinos. Hoje, dos 29 deputados federais do Democratas, apenas 27% são oriundos do Nordeste. Um cenário que revela o empenho do partido em disseminar-se nacionalmente, deixando para trás o estigma de representar somente uma região do país (FERREIRA, 2002).

Na arena municipal, de 1988 a 2000, o PFL-DEM foi a segunda legenda com mais prefeitos eleitos do país, atrás somente do PMDB. Assim como ocorreu no Legislativo, o partido perdeu musculatura nos municípios após a entrada do PT no poder. Hoje, é a oitava legenda com maior número de cidades administradas, atrás de partidos médios como PR, PDT e PSB. Nas capitais conquistadas, o histórico não é tão expressivo, mas cumpre destacar que o PFL-DEM já administrou as três maiores capitais do país em termos populacionais: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA). Os melhores resultados foram obtidos nas eleições de 1988 e 1996, quando a legenda venceu em quatro capitais cada (tabela 12).

**(Tabela 12)**  
**Eleições municipais – Número de prefeitos e de capitais (1988 a 2016)**

<b>Eleições (ano)</b>	<b>Nº de prefeitos</b>	<b>Nº de capitais conquistadas</b>
<b>1988</b>	1058	4
<b>1992</b>	963	1
<b>1996</b>	934	4
<b>2000</b>	1026	3
<b>2004</b>	788	2
<b>2008</b>	496	1
<b>2012</b>	278	2
<b>2016</b>	268	1

Fonte: TSE

## **5.2 Trauma eleitoral**

O Democratas vive o desgosto de não apresentar candidaturas próprias a presidente da República ao longo de sua história. Trata-se de um verdadeiro drama: o partido ajudou decisivamente a redemocratizar o Brasil em 1985, mas nunca teve a chance de governá-lo. A única vez que disputou a cadeira presidencial foi em 1989 com Aureliano Chaves, na primeira eleição direta para presidente pós-redemocratização.

Aureliano, político mineiro de perfil nacionalista e ex-vice de João Figueiredo, o derradeiro militar-presidente, disputou a eleição em chapa pura, com Cláudio Lembo (PFL-SP) como vice. O horário eleitoral do chapa pefelista chegava a 16 minutos, segundo maior tempo de TV, só atrás de Ulisses Guimarães (PMDB), com 22 minutos. Contudo, o resultado

eleitoral foi pífio. Aureliano alcançou pouco mais de 600 mil votos, o que representou apenas 0,88% do total de votos, ficando em décimo lugar na corrida, atrás até mesmo do minúsculo Partido Comunista Brasileiro (PCB), representado por Roberto Freire.

Nas eleições de 94 e 98, o PFL firmou uma bem-sucedida aliança com o PSDB e ocupou a vice-presidência da República de 1995 a 2002, com Marco Maciel (PFL-PE). Durante esse período, Maciel administrou o Brasil, em média, um dia por semana, devido aos compromissos no exterior do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Encontrar uma liderança notável capaz de disputar o Palácio do Planalto continuou no radar do PFL-DEM. Contudo, o partido não foi feliz nas estratégias adotadas e, ainda por cima, contou com as agruras do destino. Um grande infortúnio foi a partida precoce de Luís Eduardo Magalhães, em 1998. O filho de ACM era a esperança da sigla para eleger um presidente nas eleições 2002. Depois de ocupar a presidência da Câmara, entre 1995 e 1997, ele conseguiu uma projeção nacional invejável e se cacifou a alçar voos mais altos.

Carismático, Luís Eduardo era um liberal convicto, não tinha receio em defender ideias claras e coesas, por mais impopulares que fossem, como o capitalismo de livre mercado, empreendedorismo, fim de monopólios, privatizações de estatais. Era o nome que unia os dois polos do PFL, divididos entre o grupo de Jorge Bornhausen e a turma de Antonio Carlos Magalhães, contando inclusive com a simpatia do presidente Fernando Henrique. “Ele tem as minhas virtudes e nenhum dos meus defeitos”, dizia o pai, o velho ACM, sempre que era chamado a comentar sobre a carreira do filho (COSTA JÚNIOR, 2013).

Não foi fácil preencher a lacuna deixada na legenda desde a morte de Luís Eduardo. O PFL passou por um período cinzento até se reconstituir e encontrar uma nova liderança que pudesse alçar o partido ao topo da República. Roseana Sarney, governadora do Maranhão, passou então a ser a aposta do PFL para presidência em 2002. A boa aparição de Roseana nas pesquisas eleitorais, figurando em 2º lugar, atrás apenas de Lula, animou a cúpula do partido.

O PFL lançou uma pré-campanha nas ruas para potencializar o nome de Roseana na sociedade, destinando quase 80% de seu tempo na TV para propagandear a imagem da governadora maranhense, a qual, se eleita, poderia ser primeira mulher a presidir o Brasil. Porém, uma operação da Polícia Federal, deflagrada para investigar empresas do marido de Roseana, minou suas pretensões eleitorais. A cúpula do PFL acusou o então ministro José Serra de conspirar para derrubar a candidatura de Roseana. A crise foi tão aguda que o PFL rompeu com a gestão FHC e entregou os cargos no início de 2002<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Roseana e seu pai, José Sarney, além de ACM, declararam voto em Lula, em desfavor de José Serra.

Para as eleições de 2006, a bola da vez passou a ser o prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, que exercia o terceiro como prefeito. A candidatura, porém, não vingou. Em entrevista ao autor, Maia explicou que a “absurda intervenção do governo federal na saúde do Rio”, realizada no início de 2005 pelo governo Lula, lhe tirou a chance de disputar a presidência<sup>39</sup>.

O partido ainda tentou ensaiar candidaturas no plano nacional do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, para as eleições de 2010, e do senador Demóstenes Torres (GO), líder do partido no Senado Federal, com vistas ao pleito de 2014. Os dois ganharam projeção nacional por atuações marcantes, mas foram dragados por crises de corrupção e acabaram sendo expulsos do DEM.

Por último, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), após ganhar grande projeção durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, chegou a ser citado em pesquisas de opinião como possível candidato do DEM à presidência da República em 2018. O senador goiano, porém, declinou da ideia e decidiu disputar o governo de Goiás.

Nas disputas presidenciais, um dos principais traumas do DEM é justamente ter ficado sempre na garupa do PSDB, partido do qual foi aliado nos últimos 22 anos, tanto no governo como na oposição<sup>40</sup>. Como pode ser visto na tabela 13, o Democratas esteve coligado aos tucanos em 5 das 7 eleições presidenciais desde a redemocratização do país. “O maior erro do partido foi não ter apresentado candidatos à presidência da República. Isso contribuiu para o nosso declínio eleitoral”, desabafa o deputado gaúcho Onyx Lorenzoni (entrevista ao autor)<sup>41</sup>.

**(Tabela 13)**  
**Quadro das coligações do DEM :: Eleições presidenciais**

<b>Eleições</b>	<b>Candidato</b>	<b>Coligação</b>
<b>1989</b>	Aureliano Chaves (PFL)	<b>PFL</b> (chapa pura)
<b>1994</b>	FHC (PSDB)	<b>PSDB-PFL-PTB</b>
<b>1998</b>	FHC (PSDB)	<b>PSDB-PFL-PPB-PTB-PSD</b>
<b>2002</b>	(sem apoio a candidato)	(sem coligação)
<b>2006</b>	Geraldo Alckmin (PSDB)	<b>PSDB-PFL</b>
<b>2010</b>	José Serra (PSDB)	<b>PSDB-DEM-PTB-PPS-PMN-PTdoB</b>
<b>2014</b>	Aécio Neves (PSDB)	<b>PSDB-DEM-PMN-SD-PEN-PTN-PTB-PTC-PTdoB</b>

Fonte: TSE

<sup>39</sup> Entrevista ao autor, concedida em 5/7/2017, por e-mail.

<sup>40</sup> O único período de divórcio foi a crise com a candidatura de Roseana, a qual degenerou no desembarque do PFL do governo FHC e a neutralidade pefelista nas eleições de 2002.

<sup>41</sup> Entrevista ao autor, em 4/5/2017, em seu gabinete em Brasília.



### 5.3 Início da virada

A eleição de 2016 representou o início da virada político-eleitoral do Democratas. Os bons resultados obtidos pelo partido nas eleições municipais confrontam diretamente com o trágico desempenho do PT nas urnas. O DEM conquistou 268 prefeituras em todo o país, um crescimento de 16% em relação ao quadro verificado em setembro de 2016, véspera do pleito eleitoral, quando o partido administrava 231 cidades<sup>42</sup>.

Em termos relativos, o avanço do DEM foi o segundo melhor entre os dez principais partidos do país. O PR cresceu 16,3% em número de prefeituras, o PSDB aumentou 6,5% e o PMDB subiu 3,2%. O PDT perdeu 7,7% dos municípios governados, o PSD caiu 10,1% e o PT despencou 48,3%, a maior queda entre os maiores partidos, conforme demonstra a tabela 14.

(Tabela 14)  
Eleições 2016: Número de prefeitos eleitos, por partido<sup>43</sup>

Partidos	Nº de municípios pré-eleição de 2016	Nº de municípios conquistados	Variação (%)
<b>PMDB</b>	1.005	1.038	<b>+3,2%</b>
<b>PSDB</b>	754	803	<b>+6,5%</b>
<b>PSD</b>	601	540	<b>-10,1%</b>
<b>PP</b>	486	492	<b>+1,2%</b>
<b>PSB</b>	436	414	<b>-5,0%</b>
<b>PDT</b>	362	334	<b>-7,7%</b>
<b>PR</b>	257	299	<b>+16,3%</b>
<b>DEM</b>	231	268	<b>+16,0%</b>
<b>PTB</b>	259	261	<b>+0,7%</b>
<b>PT</b>	530	256	<b>-48,3%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Uma análise minuciosa dos números da disputa de 2016 indica uma prévia da derrocada do PT e o início do ressurgimento do Democratas na política nacional. O processo de queda do Partido dos Trabalhadores antecede o pleito eleitoral. De 2012 a setembro de

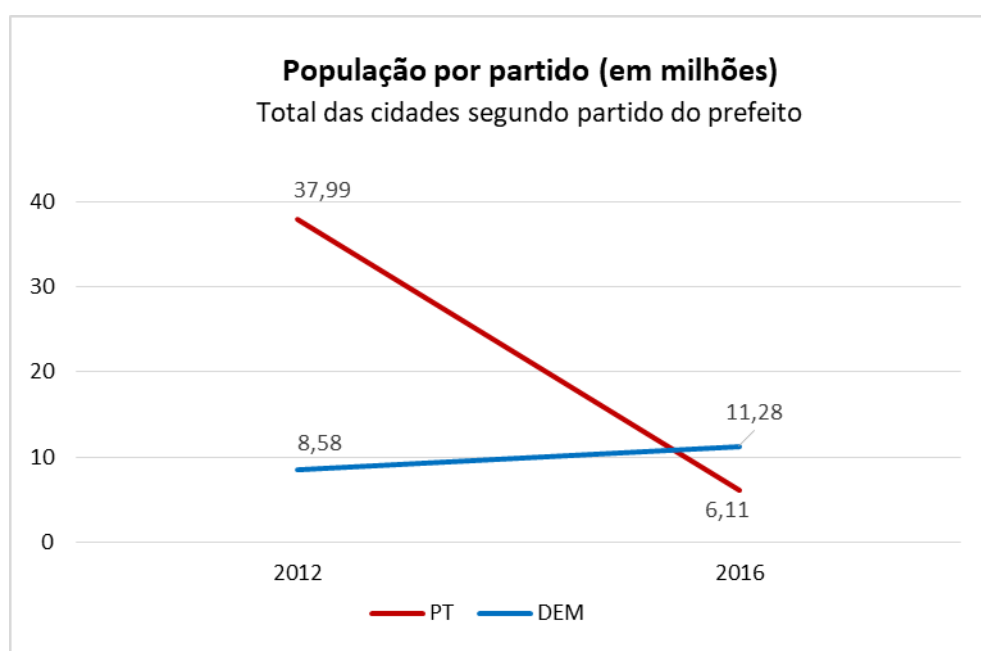
<sup>42</sup> Optou-se por comparar com o mês imediatamente anterior à eleição, em face da movimentação partidária crescente dos prefeitos eleitos em 2012.

<sup>43</sup> Ervália, Itatinga, Guajará-Mirim e Carmópolis são cidades conquistadas pelo DEM em eleições suplementares no ano de 2017. Isso significa que, hoje, o partido administra 272 prefeituras.

2016, o PT perdeu cerca de 20% dos seus prefeitos<sup>44</sup>, por variáveis diversas, como os escândalos de corrupção atrelados ao partido, a piora da economia e a perspectiva de queda de Dilma Rousseff.

A relação DEM *versus* PT nas eleições de 2016 pode ser conferida por diversas variáveis. Se em 2012 o Democratas angariou poder sobre uma população de 8,58 milhões de habitantes, agora serão 11,28 milhões em seu arco de influência, um crescimento de 24%. Já o PT tinha sob seu controle 37,99 milhões de habitantes em 2012 e terminou as eleições com magros 6,11 milhões, o que representa um baque de 84% em quatro anos (gráfico 4). Como consequência, no cômputo geral, o DEM administrará um eleitorado maior: 7,88 milhões de eleitores, ante 4,20 milhões do PT. Com isso, o partido de Lula voltou ao tamanho que tinha antes dos anos 2000, quando ainda militava na oposição.

(Gráfico 4)



Fonte: TSE

Entre os prefeitos do G93, conjunto de 26 capitais e 67 cidades acima de 200 mil eleitores, o DEM foi o quarto partido do Brasil que mais elegeu candidatos no grupo. Só ficou atrás de PSDB, PMDB e PPS, conforme revela a tabela 15. O Democratas ganhou cinco municípios nesta faixa: Salvador (BA), Sorocaba (SP), Feira de Santana (BA), Santarém (PA) e Franca (SP). O PSB fez também cinco prefeitos entre as 93 maiores cidades do país. PSD, PR, PDT e PV conquistaram quatro cidades cada. O PP levou somente duas cidades neste

<sup>44</sup> Um dos casos mais notáveis foi a saída de Luciano Cartaxo, prefeito de João Pessoa, capital da Paraíba, que migrou para o PSD.

grupo. Já o PT conseguiu apenas uma prefeitura nessa faixa de municípios: a capital do Acre, Rio Branco.

À vista disso, o PT perdeu espaço nos grandes centros urbanos do país e expandiu-se nos grotões, em cidades abaixo de 10 mil eleitores. Das 256 cidades conquistadas pelo partido, 57,4% estão localizadas em cidades de pequeno porte. Já o DEM, historicamente ligado aos interiores do país, elegeu 53% dos prefeitos nesse bloco de municípios.

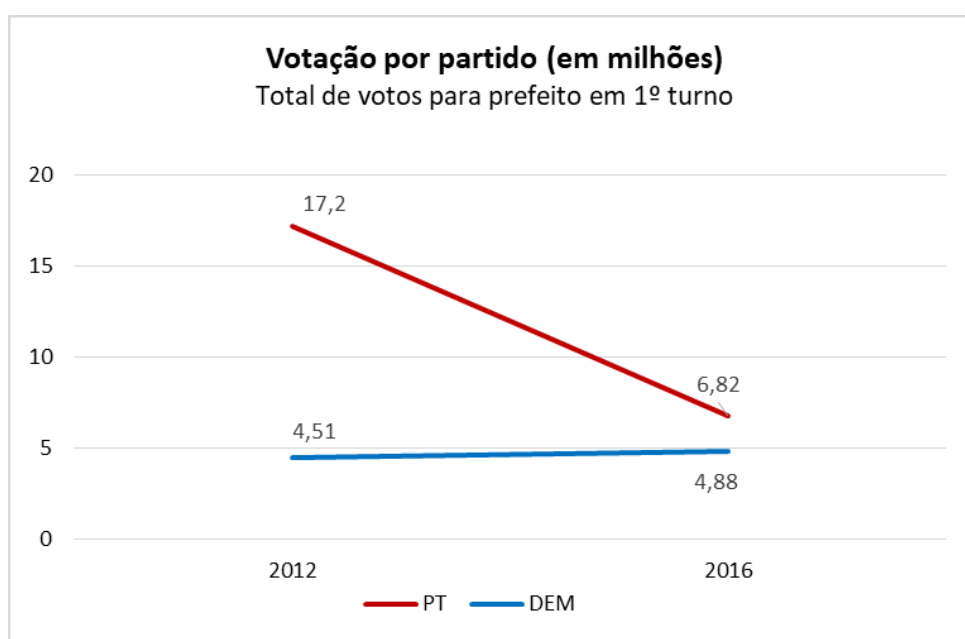
**(Tabela 15)**  
**Prefeitos nas 93 principais cidades do País (G93)**

Partido	2000	2004	2008	2012	2016
PSDB	18	22	15	18	28
PMDB	12	9	19	10	14
PPS	4	6	-	5	6
DEM	11	6	5	5	5
PSB	6	8	6	11	5
PV	-	2	1	1	4
PSD	-	-	-	4	4
PR	2	2	3	2	4
PDT	7	9	8	7	4
PRB	-	-	1	2	2
PP	4	3	5	4	2
PT	23	21	25	17	1

Fonte: TSE

Os candidatos democratas receberam no 1º turno, ao todo, 4,88 milhões de votos, contra 4,51 milhões há quatro anos – aumento de 8,2%. O PT despencou sua votação para prefeito: de 17,2 milhões em 2012 para 6,82 milhões em 2016, queda de 60,5% (gráfico 5).

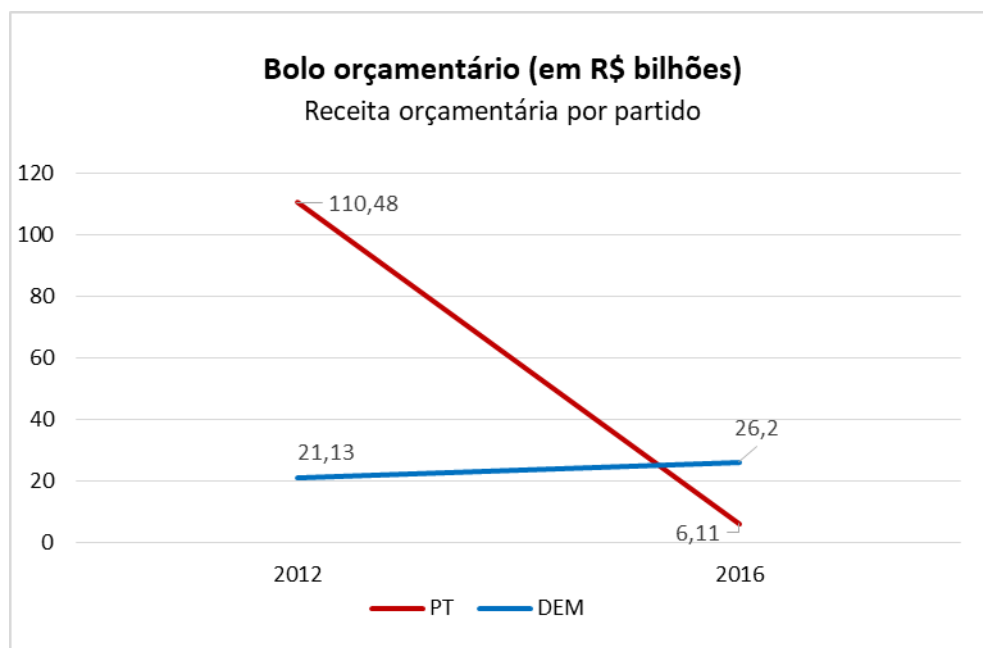
**(Gráfico 5)**



Fonte: TSE

O bolo orçamentário sob gestão petista também encolheu para R\$ 15,82 bilhões, queda de 86% em relação a 2012. Já o DEM viu prosperar seu orçamento municipal. O partido passou a gerir um orçamento de R\$ 26,2 bilhões, ante R\$ 21,13 bilhões conquistados na eleição anterior, com alta de 24,1% (gráfico 6). Em termos relativos, o desempenho do DEM só ficou atrás de PSDB e PRB.

(Gráfico 6)



Fonte: TSE

A consagração da reeleição de ACM Neto em Salvador (BA), terceira cidade mais populosa do país, considera vitrine do modelo de gestão do DEM, foi comemorada como um trunfo pelos líderes democratas. Além da vitória em Salvador, o partido ainda ganhou dois vice-prefeitos de capitais: Telma Nery, em Macapá (AP) e Moroni Torgan em Fortaleza (CE).

Nas capitais do país, além de Fortaleza e Macapá, o DEM participou da coligação vencedora com João Dória em São Paulo (SP); Carlos Eduardo Alves em Natal (RN); Firmino Filho em Teresina (PI); Rafael Greca em Curitiba (PR); Gean Loureiro em Florianópolis (SC); Zenaldo Coutinho em Belém (PA); Marquinhos Trad em Campo Grande (MS); Íris Rezende em Goiânia (GO); Rui Palmeira em Maceió (AL), e Edivaldo Holanda Jr. em São Luís (MA).

O crescimento do Democratas é perceptível. O DEM, que antes só tinha uma prefeitura (São José dos Pinhais/PR) no grupo das cidades grandes e emergentes – com 100 mil a 200 mil eleitores –, elegeu seis prefeitos nesta faixa: Camaçari (BA), Várzea Grande (MT), Patos de Minas (MG), Rio Claro (SP), Itabuna (BA) e Bragança Paulista (SP).

Nas cidades médias – com eleitorado entre 50 mil a 100 mil – o DEM elegeu catorze prefeitos, ante três prefeitos no período anterior à eleição: Nova Lima (MG), Muriaé (MG), Conselheiro Lafaiete (MG), Curvelo (MG), Caratinga (MG), Barreiras (BA), Jacobina (BA), Alagoinhas (BA), Votorantim (SP), Leme (SP), Bebedouro (SP), Fernandópolis (SP), Campo Largo (PR) e Cametá (PA).

No quesito regional, quando comparado ao quadro anterior à eleição de 2016, o diretório do Democratas da Bahia, em termos absolutos, foi o que mais cresceu no item prefeituras conquistadas: pulou de 13 para 35 cidades, muito influenciado pela boa performance da gestão de ACM Neto em Salvador.

O renascimento do Democratas na Bahia é simbólico, tendo em vista a rivalidade histórica entre DEM x PT no estado, desde os tempos de Antônio Carlos Magalhães. Nas eleições de 2012, o DEM havia eleito apenas 9 prefeitos entre as 417 cidades baianas, apenas 2% do total – praticamente um cenário de terra arrasada. A volta por cima veio quatro anos depois. Enquanto o PT minguou nas eleições de 2016, o DEM avançou a passos largos. Hoje, com 34 prefeituras sob controle, o Democratas controla quatro dos 5 maiores colégios eleitorais do estado – o partido comandará 30% do eleitorado total do estado (tabela 16). Trata-se da principal força eleitoral local para 2018.

**(Tabela 16)**  
**Cinco maiores colégios eleitorais da Bahia (BA) - Eleitores e orçamento**

<b>Município</b>	<b>Partido</b>	<b>Eleitores</b>	<b>Orçamento</b>
1º - Salvador	DEM	1.948.154	R\$ 6,6 bilhões
2º - Feira de Santana	DEM	397.590	R\$ 1,1 bilhão
3º - Vitória da Conquista	PMDB	230.598	R\$ 734 milhões
4º - Camaçari	DEM	158.125	R\$ 980 milhões
5º - Itabuna	DEM	150.221	R\$ 527 milhões

Fonte: TSE e IBGE

São Paulo foi outro estado em que o DEM deu a volta por cima, após a debandada de quadros para PSD em 2011. O partido venceu em Sorocaba (SP), quarta maior cidade do interior do estado, com mais de 650 mil habitantes, e em Franca, de 320 mil em população. Em termos absolutos, o DEM paulista saltou de 43 para 53 cidades administradas.

Destaque também para o Pará (PA), um dos principais estados da região Norte do país, no qual o partido passou a comandar 10,9% do eleitorado local. O Democratas ganhou 11 prefeituras de uma eleição para outra, ascendendo para 15 cidades governadas, entre elas Santarém, terceira maior cidade do Pará, com cerca de 300 mil habitantes. O DEM ainda conquistou fatia significativa do eleitorado de Mato Grosso, cerca de 10% do total do estado, visto que venceu em Várzea Grande, segundo maior colégio eleitoral do estado. O partido,

contudo, deixou a desejar em estados grandes, como Pernambuco (PE), onde conquistou somente quatro prefeitos, e Rio de Janeiro, com apenas duas prefeituras. Piauí e Ceará, estados nordestinos relevantes, o DEM ficou sem nenhum representante.

O Democratas ainda elegeu 287 vice-prefeitos Brasil adentro. O partido conquistou a vice-prefeitura de cidades estratégicas, como Limeira (SP), Petrolina (PE), Rio Verde (GO), Manacapuru (AM), Guarapari (ES), Macaíba (RN) e Ariquemes (RO).

Uma outra curiosidade é que o DEM, nas três maiores capitais do país, elegeu uma expressiva bancada de vereadores: Salvador – 6 vereadores (maior bancada); Rio de Janeiro – 4 vereadores (3ª maior bancada); São Paulo – 4 vereadores (3ª maior bancada). No geral, o partido conquistou 2.905 vereadores em todo o país.

(Tabela 17)  
Eleições 2016: Raio-X do desempenho do DEM

UF	Prefeitos 2016	Municípios conquistados	Variação absoluta	Eleitorado governado	% do eleitorado
AC	0	0	0	--	--
AL	2	2	0	51.389	2,4%
AM	0	3	+3	43.943	1,9%
AP	0	0	0	---	---
BA	13	35	+22	3.212.409	30,3%
CE	1	0	-1	--	--
ES	5	4	-1	60.268	2,2%
GO	7	10	+3	106.256	2,3%
MA	6	2	-4	32.714	0,7%
MG	58	53	-5	805.178	5,1%
MS	5	3	-2	45.287	2,4%
MT	9	7	-2	227.714	10%
PA	4	15	+11	602.224	10,9%
PB	14	17	+3	141.194	4,8%
PE	0	4	+4	74.677	1,1%
PI	2	0	-2	--	--
PR	24	20	-4	307.343	3,9%
RJ	2	2	0	17.978	0,1%
RN	17	16	-1	143.539	6%
RO	0	3	+3	30.317	2,6%
RR	1	0	-1	--	--
RS	9	10	+1	34.495	0,4%
SC	0	3	+3	47.287	0,9%
SE	5	5	0	43.204	2,8%
SP	43	53	+10	1.685.660	5,0%
TO	4	1	-3	3.781	0,3%
<b>BRASIL</b>	<b>231</b>	<b>268</b>	<b>+35</b>	<b>7.884.787</b>	<b>5,5%</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

## CAPÍTULO VI

### Democratas de volta ao centro do poder

#### 6.1. Quem planta, colhe

A trajetória da derrocada de Partido dos Trabalhadores, iniciada em fevereiro de 2015, foi passo decisivo no processo que levou o Democratas de volta ao centro do poder. Ao contrário do que fez o PSDB, o Democratas ligeiramente se posicionou a favor do pedido de impeachment contra Dilma Rousseff elaborado por Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaína Paschoal, entregue ao Congresso Nacional em outubro de 2015, no qual acusava a petista de crime de responsabilidade. Foi o primeiro partido dentro do Congresso Nacional a fechar questão em relação ao afastamento de Dilma do Palácio do Planalto.

O DEM, estrategicamente, tornou-se sócio dos protestos de rua. O deputado Mendonça Filho (DEM-PE), coordenador do movimento pró-impeachment dentro do Congresso Nacional, foi o principal interlocutor do partido com os grupos sociais, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua. A agenda de Mendonça Filho – ou Mendoncinha, como é chamado pelos amigos – era extensa: reuniões país afora com os líderes dos movimentos de rua, discursos diários no plenário da Câmara, gravação de turbilhão de vídeos para as redes sociais e jantares em Brasília com lideranças políticas para traçar as melhores estratégias de atuação.

Das poltronas do Congresso, os líderes do DEM reverberavam a insatisfação que as ruas demonstravam com o governo petista. Lideranças do partido, como Ronaldo Caiado, Aleluia, José Agripino, Onyx Lorenzoni, Pauderney Avelino, Efraim Filho, além do próprio Mendonça, eram personagens frequentes nas manifestações e protestos espalhados pelo país.

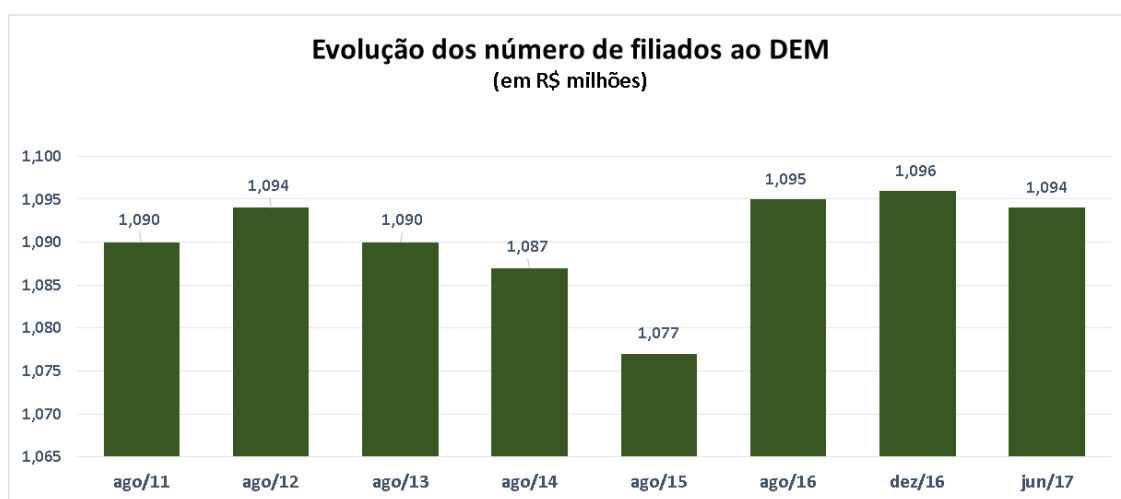
O DEM mobilizou suas estruturas internas e ofereceu todo o apoio institucional para o impeachment florescer. A Liderança do Democratas da Câmara dos Deputados, geograficamente bem posicionada na Casa – espaço vip localizado em frente ao plenário Ulisses Guimarães e vizinho a sala do presidente da Câmara – funcionou como a “Embaixada do impeachment” no Parlamento. Era o ponto de encontro dos articuladores do impeachment no Congresso, de juristas a lideranças jovens dos movimentos sociais.

A cúpula do Democratas entendia que, para ganhar relevância no processo de impeachment, o partido teria de estar sintonizado com os movimentos de rua, pois assim teria força para manter acesa a mobilização para tirar o PT do poder, estreitar ainda mais laços com o eleitorado e disseminar com mais firmeza as mensagens da oposição. Esta linha direta com

os grupos organizados da sociedade civil foi um trunfo com o qual o DEM conseguiu catapultar protagonismo, fruto de sua postura mais aguerrida de combate ao projeto petista de poder.

A participação destacada do Democratas no processo de destituição de Dilma Rousseff do poder lhe rendeu novos simpatizantes (gráfico 7). Após uma trajetória de queda do número de filiados, o partido viu crescer a lista de apoiadores, mesmo num período de alta rejeição aos partidos políticos. Entre 2015 e 2016, época da efervescência do impeachment na sociedade, o DEM aumentou o número de filiados em 9,5%, atingindo um pico de 1,096 milhão em dezembro daquele ano, segundo números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os movimentos pró-impeachment se aproximaram do partido. De cada dez integrantes do MBL que concorreram a cargos públicos nas eleições de 2016, seis escolheram o DEM para se filiarem, caso mais vistoso é do vereador eleito na cidade de São Paulo, Fernando Holiday (DEM), um dos coordenadores do movimento.

(Gráfico 7)



Fonte: TSE

A eleição de Rodrigo Maia para a presidência da Câmara, em setembro de 2016, coroou a volta do DEM ao centro poder. Maia, detentor de cinco mandatos como deputado federal, derrotou o Centrão, o grupo de parlamentares que sustentavam politicamente as ações de Eduardo Cunha. O triunfo se deu sobre o deputado Rogério Rosso, do PSD, partido cuja formação quase implodiu drasticamente o DEM da vida política nacional.

A alegria tomou conta do Democratas. ‘Ô, o pefelê voltou’, gritavam os parlamentares do partido nos corredores do Congresso Nacional após o anúncio da vitória. A derradeira vez que o partido havia ocupado a cadeira de presidente foi com Efraim Morais (DEM-PB), há 14



anos, quando era o primeiro vice-presidente da Casa. No início de 2017, Maia conquistou a reeleição para mais dois anos como presidente da Câmara, consolidando-se como um ponto de estabilidade institucional para o país.

O gabinete da presidência da Câmara, agora pacificado, voltou a ser frequentado por nomes notáveis da política nacional. “Voltou aquele clima de descontração do Luís Eduardo, em que as pessoas batem papo, tomam chá, conversam. Estamos voltando a discutir política”, disse Heráclito Fortes, ex-pefelista (prestes a voltar ao DEM), referindo-se a Luis Eduardo Magalhães, morto em 1998 (FERNANDES e BRAGA, 2016).

“O último ciclo virtuoso do Parlamento em termos de reformas foi quando o PFL-DEM dirigiu a Câmara dos Deputados com Luís Eduardo Magalhães. Rodrigo Maia está seguindo o mesmo caminho”, compara o deputado Aleluia, mencionando o papel de Rodrigo Maia na condução das reformas estruturais indispensáveis ao país (entrevista ao autor)<sup>45</sup>.

O DEM sustenta uma fatia relevante da gestão Temer. Ocupa a presidência da Câmara dos Deputados, segundo posto na linha de sucessão presidencial. Ilumina o receituário que orienta as medidas de ajuste fiscal e de reformas estruturais. Comanda uma das mais robustas pastas da Esplanada, o Ministério da Educação. Fornece apoio parlamentar numérica e qualitativamente relevante ao governo no Congresso. É, pois, parte indelével da atual administração.

Na votação da reforma trabalhista na Câmara, o Democratas, seguindo sua tradição reformista, foi o único partido que entregou 100% dos votos favoráveis à matéria. Além disso, foi o primeiro partido a anunciar publicamente o apoio à reforma da previdência e à reforma tributária.

Além da reforma trabalhista, já sancionada por Temer, as principais mudanças empreendidas pelo governo até aqui tiveram a digital do Democratas, tamanho é o poder de agenda nas mãos do presidente da Câmara: a nova Lei do Ensino médio, iniciativa da pasta comandada pelo partido; a imposição de limites aos gastos públicos (PEC do teto); Lei de Responsabilidade das Estatais; o fim do monopólio da Petrobras na exploração do pré-sal, entre outros.

Desde que Michel Temer assumiu a presidência da República, a Câmara realizou 255 votações. Nelas, o Democratas votou com o governo em 97% das vezes, a mais alta taxa de fidelidade entre os grandes partidos do país, o que reforça uma das principais marcas do partido: coesão e alta disciplina partidária, características já percebidas por Limongi e Figueiredo (1998).

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida ao autor no dia 11 de maio de 2017.

Caberá, então, às forças envolvidas na sustentação ao governo Temer transformar esta oportunidade numa alavanca positiva que permita à nova administração tentar mudar de ares e começar a virar a página dos desgastes que marcaram a gestão até aqui, sobretudo os escândalos de corrupção.

## 6.2 Primavera do DEM

O Democratas aproveitou-se do declínio petista como poucas agremiações. Trata-se de um movimento sincronizado: enquanto o PT desmorona, o Democratas, como verdadeiro antípoda do petismo durante os 14 anos em que passou na oposição, começa a renascer. Trata-se de um processo iniciado em fevereiro de 2015, quando o PT saiu derrotado da disputa pela presidência da Câmara dos Deputados<sup>46</sup>. Mesmo sendo a maior bancada da Casa, os petistas ficaram sem cargos na Mesa Diretora e sem comando das três principais comissões da Casa.

Em contraposição, o Democratas passou a ocupar espaços-chave no Parlamento, um cenário antes inimaginável para uma bancada de apenas 21 deputados federais. Em fevereiro de 2015, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi escolhido para comandar a comissão especial de reforma política da Câmara, uma das principais arenas de discussão do Parlamento naquele ano. Também em 2015, o deputado Efraim Filho (DEM-PB) foi alçado à presidente da CPI dos Fundos de Pensão, o qual ajudou a fragilizar ainda mais o governo petista. A CPI virou tribuna para a oposição e revelou rombos de mais de R\$ 100 bilhões nos fundos de pensões estatais nos últimos cinco anos.

Os líderes do DEM começaram a ficar com relatorias de matérias de destaque nacional, como o projeto popular das dez medidas contra a corrupção, sob relatoria de Onyx Lorenzoni (DEM-RS), e a PEC do fim do foro privilegiado, que foi distribuída ao líder do partido na Câmara, Efraim Filho. O deputado Marcos Rogério (DEM-RO), que entrou no partido na janela partidária de 2016, foi o relator do processo que degenerou na cassação do mandato de Cunha, reforçando a ascendência do Democratas sobre questões de relevo no âmbito nacional. Até mesmo matérias de cunho regional o DEM passou a ocupar espaços. A PEC que legalizou o funcionamento das vaquejadas no país, tema caro ao Nordeste, teve como relator na comissão mista o deputado Paulo Azi (DEM-BA).

A performance oposicionista do Democratas, de marcação cerrada contra o governo no Parlamento, rendeu-lhe bons frutos. Mesmo com a sangria de quadros e a ameaça de extinção, o DEM manteve uma atuação alicerçada na clareza de propósitos, na diferenciação

---

<sup>46</sup> Arlindo Chinaglia (PT) foi derrotado por Eduardo Cunha.

programática, nas bandeiras inequívocas e, fundamentalmente, no antagonismo em relação ao que representou o poder petista – do qual jamais se aproximou. Este foi seu diferencial.

Os frutos da coerência começaram a ser colhidos na janela partidária aberta em março de 2016<sup>47</sup>, na véspera do processo que afastou Dilma Rousseff da presidência da República. O DEM engordou sua bancada em 7 parlamentares, totalizando 28 deputados, conforme mostra a tabela 18. Foi a única legenda que não perdeu deputados durante o processo, além de ter auferido o segundo melhor crescimento no troca-troca partidário, atrás apenas do PP.

**(Tabela 18)**  
**Janela partidária de maio/2016 – Perdas e ganhos por partido**

Partidos	Bancada antes da janela	Total da bancada	Total
<b>DEM</b>	21	28	+7
<b>PSDB</b>	53	50	-3
<b>PMDB</b>	70	68	-2
<b>PP</b>	40	49	+9
<b>PSD</b>	31	32	+1
<b>PSB</b>	34	31	-3
<b>PR</b>	34	40	+6
<b>PTB</b>	21	19	-2
<b>PDT</b>	17	20	+3
<b>PSC</b>	13	10	-3
<b>PSOL</b>	5	6	+1

Fonte: Câmara dos Deputados

Após a janela, o partido começou a renascer em estados importantes. O caso mais visível do revigoramento é no Rio de Janeiro, terra do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. O partido ganhou três deputados federais (Francisco Floriano, Sóstenes Cavalcante e Marcos Soares). Na Assembleia Legislativa, no início de 2016, o partido não contava com nenhum parlamentar. Hoje, possui a segunda maior bancada da Casa: sete deputados titulares (André Corrêa, Deodalto, Filipe Soares, Jorge Felipe Neto, Márcia Jeovani e Samuel Malafaia) e um suplente (Milton Rangel).

O Democratas vive a sua primavera. Na avaliação da cúpula democrata, o momento de ascensão pelo qual passa o DEM é fruto da resistência e coerência dos 14 anos em que passou longe. "Diziam que o DEM se aliaria a qualquer governo, mas nós mantivemos a coerência. Agora estamos colhendo os resultados disso", afirma o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (CARVALHO e FRANCO, 2017). "Ficou só a turma da resistência. O auge do petismo foi o

<sup>47</sup>A janela partidária foi legalizada pela Emenda Constitucional 91/16, que abriu um prazo de 30 dias para parlamentares mudarem de legenda sem perder o mandato.

pior momento do nosso partido. Agora Lula está condenado pela Justiça e o DEM voltou a crescer", comemora o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).

A sede nacional do partido, localizada no 26ª andar da torre do Senado Federal, antes despovoada e pouco movimentada, passou a receber com frequência autoridades e lideranças notáveis. A cada 15 dias, um ministro de estado é convidado para almoçar com as bancadas do partido na Câmara e Senado.

Hoje, o DEM é tratado como “partido grife” nos corredores do Congresso Nacional. O assédio sobre a legenda é grande. O gabinete do presidente do DEM, senador José Agripino, passou a receber visitas ilustres, de governadores insatisfeitos com suas atuais legendas a parlamentares de peso dentro do Parlamento, além de ex-pefelistas históricos que agora pensam em voltar ao partido.

“É nossa grande esperança colher, em 2018, o que plantamos ao longo desses anos difíceis. Vamos voltar a disputar um patamar de 70, 80 deputados federais”, acredita o senador Ronaldo Caiado, líder do DEM no Senado (FARINA, 2016). Com a perspectiva de poder em alta, diante da possibilidade de Rodrigo Maia assumir a presidência da República, o partido almeja conseguir uma bancada de pelo menos 50 deputados federais com a abertura da próxima janela partidária, prevista o segundo semestre de 2017. Contribui para essa espiral positiva o fato de o partido não está no centro do furacão das revelações da Operação Lava-Jato, ao contrário de partidos expressivos, como PT, PMDB, PSDB e PP.

Cerca de 10 deputados do PSB podem migrar para as fileiras do DEM, entre eles a líder do partido na Câmara, deputada Tereza Cristina (PSB-MS), Heráclito Fortes (PSB-PI), Fábio Garcia (PSB-MT), José Reinaldo (PSB-MA) e Danilo Forte (PSB-CE), além do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho e do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Políticos de outras legendas também deverão deslocar-se para o Democratas, como os deputados federais Alan Rick (PRB-AC) e Evair de Melo (PV-ES), além do governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB). Com o ingresso de novos quadros, o DEM almeja ficar entre as três maiores bancadas da Câmara – hoje, o partido é apenas a 7ª maior bancada, com 29 parlamentares no exercício do mandato.

### **6.3 Centro-democrático**

Há um enorme abismo entre a vida real do brasileiro e a atividade política. Estreitar este fosso é tarefa dos partidos políticos. O software da política mudou, sobretudo com a expansão da internet e a massificação das informações. Uma agremiação partidária, se quiser

ser forte e orgânica, tem que se adequar ao mundo moderno e, decididamente, se dispor a renovar-se, tanto na estrutura de atuação como na agenda de ideias. Quem não acompanhar o processo de mudança, ficará para trás.

Diante da perspectiva de poder em alta, surge uma janela de oportunidades para uma clara proposta reformadora do Democratas: ocupar o centro-democrático no espaço político brasileiro, consolidando-se como um partido de centro-direita reformista, de viés liberal-humanista, capaz de construir uma alternativa eleitoralmente competitiva, distante do extremismo de direita ou do populismo de esquerda.

Parece cada vez mais evidente que o espaço para uma diferenciação programática passa pela defesa de teses pró-mercado, pró-reformas. Não dá para correr na mesma raia social democrata que os petistas e tucanos foram ocupando com o tempo; a que sobrou, e até agora não tem dono no Brasil, é a alternativa liberal-reformista, de linha centrista.

É precisamente em direção a este espaço menos congestionado por cultuadores do estatismo que o DEM deve se mover, de forma clara, assertiva. Ou seja, refazer o caminho tomado em 2007, quando o partido abraçou teses genéricas e vagas, e acabou ficando misturado a outras legendas, sem identidade programática transparente. O eleitor não quer titubeio, não quer ambiguidade, não quer generalidades. Quer verdade, posições claras, transparência radical.

Institucionalmente, o DEM poderia construir uma agenda de poder a longo prazo e, com base nela, agregar novos simpatizantes. De preferência, abraçar um programa de ideias que falem direto ao coração das pessoas, sobretudo focado na classe média - hoje órfã de um partido que a represente -, como segurança pública, empreendedorismo e educação.

Além disso, é importante potencializar uma plataforma de reformas para o país em outras vertentes, sem medo de abraçar teses mais liberalizantes, tais como: simplificação do sistema tributário, redefinição do pacto federativo, mais eficiência do Estado, maior abertura do país ao mercado internacional, mais parcerias com o investimento privado. Conquistar este verniz é uma forma de diferenciar-se da fauna homogênea em que o sistema partidário brasileiro está sendo transformada pelo noticiário policial e pelo excesso de partidos sem apegos doutrinários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Democratas, nascido de uma dissidência dentro dos escombros do regime militar, foi o pilar central da arquitetura política que viabilizou uma transição democrática segura e sem rupturas institucionais, consagrada com a promulgação da Carta Magna em 1988.

De credencial reformista e visão doutrinária liberal, o partido liderou a agenda de reformas estruturais indispensáveis para a modernização do país, como o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a abertura econômica, o fim de monopólios e a consolidação das políticas sociais.

A refundação do partido, concretizada em 2007 com a mudança de imagem, trouxe mais perdas que ganhos. Em busca de tornar-se mais popular, o Democratas assumiu compromissos programáticos genéricos e vagos, distanciando-se da sua base de apoiadores fieis e reforçando a perda de identidade política.

Na oposição, atuou como o partido mais incisivo no contraponto ao projeto petista de poder, impingindo-lhe derrotas relevantes, como a batalha que enterrou a CPMF. Apesar da perda de quadros, fruto de migrações partidárias rotineiras e do distanciamento de benesses do poder, como cargos e verbas, a ida para a oposição refinou a atuação política legenda, retirando-lhe pechas depreciativas, como partido adesista e dos grotões. O partido livrou-se de parlamentares fisiológicos e ganhou musculatura no centro-sul do país. A frustração foi não ter apresentado candidaturas próprias à presidente da República.

Como porta-voz de teses antagônicas ao que representa o PT, o partido renasce no cenário político nacional. O início da virada foi sentido nas eleições de 2016, quando o PT perdeu mais de 50% das suas prefeituras, enquanto o DEM cresceu 16% na quantidade de cidades governadas. Ao escolher o PT como principal adversário, o DEM ganhou musculatura e protagonismo, e hoje colhe boas perspectivas de crescimento no plano nacional, fruto da coerência ao resistir na oposição por 14 anos consecutivos e da clara perspectiva de poder

O que se observa na sociedade é a busca de um espaço que encarne o desejo do novo, de mudança e o Democratas poderia ser esta via. Uma força que emerge do centro, diferente dos velhos polos ideológicos, tanto na forma como no conteúdo, capaz de reformular o nosso quadro partidário. O DEM tem uma rica oportunidade de ocupar o centro político e apresentar-se com clareza ao eleitorado para que as diferenças entre o partido e os demais contendores comecem a ficar mais claras, a partir de uma agenda firme de reformas para o país, sem medo de abraçar teses mais liberalizantes.

## Referências Bibliográficas

*A esquerda não é dona da periferia, diz garoto-propaganda do DEM.* Em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/08/958772-a-esquerda-nao-e-dona-da-periferia-diz-garoto-propaganda-do-dem.shtml>>. Acesso: 22 de junho de 2017.

AGRIPINO destaca importância do SIAFI (DEM) na fiscalização do dinheiro público. Em:

<<http://joseagripino.com.br/noticias/agripino-destaca-importancia-do-siafi-dem-na-fiscalizacao-do-dinheiro-publico/>>. Acesso: 15 de julho de 2017.

ALMEIDA, B; CIPRIANI, J. Manobras por trás da crise no DEM. Em:

<<https://jogodopoder.wordpress.com/tag/paulo-bornhausen/>>. Acesso: 12 de maio de 2017.

AQUINO, R.; MEIRELES, A. *A vida sem a CPMF*. Em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10547-15223-3,00-A+VIDA+SEM+A+CPMF.html>>. Acesso: 28 de maio de 2017.

*ARRUDA perde no TSE e deixa o DEM antes de ser expulso.* Em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1112200902.htm>>. Acesso: 21 de junho de 2017.

BENITES, F. *Há oito anos PFL mudava de nome e virava Democratas*. Em:

<<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/03/28/ha-oito-anos-pfl-mudava-de-nome-e-virava-democratas-174301.php>>. Acesso: 22 de junho de 2017.

BONIN, R. *Agripino assume presidência do DEM pregando unidade no partido*. Em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/03/agripino-assume-presidencia-do-dem-pregando-unidade-no-partido.html>>. Acesso: 21 de junho de 2017.

BORNHAUSEN, Jorge. *A Refundação do PFL*. Brasília, 2005.

BORNHAUSEN, Jorge. *A Voz da oposição no Senado*. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRAGA, I.; FERNANDES, L. *Câmara retoma rotina de 13 anos atrás, quando PFL comandava a Casa*. Em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/camara-retoma-rotina-de-13-anos-atras-quando-pfl-comandava-casa-19774570>>. Acesso: 28 de maio de 2017.

CAMBRAIA, M. R. N. *A Formação da Frente Liberal e a Transição Democrática no Brasil (1984-85)*. Em: <[http://www.flc.org.br/revista/materias\\_view8d0e.html?id=%7B2782325A-9C68-4B52-A631-6AC67B8DDD99%7D](http://www.flc.org.br/revista/materias_view8d0e.html?id=%7B2782325A-9C68-4B52-A631-6AC67B8DDD99%7D)>. Acesso: 28 de junho de 2017.

CAMPOS, J. P.; FARINA, C.; GONÇALVES, E. *O DEM de volta ao poder*. Em: <<http://veja.abril.com.br/politica/o-dem-de-volta-ao-poder/>>. Acesso: 28 de maio de 2017.

CANTANHÊDE, E. *Duas décadas depois, PFL anuncia “refundação”*. Em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1601200509.htm>>. Acesso: 20 de maio de 2017.

CANTANHÊDE, E., 2001. *O PFL*. São Paulo: Publifolha.

CARDOSO, D. *DEM tenta barrar criação de conselhos populares*. Em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dem-tenta-barrar-criacao-de-conselhos-populares,1502724>>. Acesso: 28 de maio de 2017.

CARDOSO, D.; URIBE, G. *‘DEM é um partido em depreciação’, diz Lembo*. Em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dem-e-um-partido-em-depreciacao-diz-lembo,695116>>. Acesso: 21 de junho de 2017.

CARVALHO, D.; FRANCO, B. M. *Maia atrai congressistas para inflar o DEM*. Em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1901474-maia-atrai-congressistas-para-inflar-o-dem.shtml>>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

CASTRO, Julio. *'Nós precisamos extirpar o DEM da política brasileira', diz Lula*. Em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nos-precisamos-extirpar-o-dem-da-politica-brasileira-diz-lula,609406>>. Acesso: 03 de maio de 2017.



COLON, L. *Derrotado nas urnas, PFL busca renovação e nome para 2010*. Em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1363184-5601,00.html>>. Acesso: 28 de maio de 2017.

CORRÊA, Arsênio Eduardo. *A Frente Liberal e a Democracia no Brasil*. Brasília, Posigraf, 2001.

COSTA JÚNIOR, Jairo. *Morto há 15 anos, Luís Eduardo Magalhães marcou a política nacional*. Em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/morto-ha-15-anos-luis-eduardo-magalhaes-marcou-a-politica-nacional/?cHash=36b7b464ed1d312cd843e4dd353bac30>>. Acesso: 30 de julho de 2017.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 3. ed. Guanabara, 1987

FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002.

FIGUEIREDO, Angelina Cheibub, LIMONGI, Fernando. *Reforma da previdência e instituições políticas*. Novos Estudos CEBRAP, n. 51, pp. 63—90, jul. 1998.

FLEISCHER, David. *Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou, como usualmente o feitiço voltava contra o feiticeiro*. 1994.

GAD desenvolve nova marca e identidade visual do partido Democratas. Em: <<http://www.dci.com.br/cidades/gad-desenvolve-nova-marca-e-identidade-visual-do-partido-democratas-id129929.html>>. Acesso: 2 de julho de 2007.

GIAMBIAGI, Fabio. *A importância do centro*. Em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-importancia-do-centro,10000084147>>. Acesso: 22 de julho de 2017.

JORGE Bornhausen diz que Mensalão do DEM é que acabou com o partido. Em:

<<http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/07/jorge-bornhausen-diz-que-mensalao-do-dem-e-que-acabou-com-o-partido/>>. Acesso: 21 de junho de 2017.

JÚNIOR, J. C. *Morto há 15 anos, Luis Eduardo Magalhães marcou a política nacional*. Em:

<<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/morto-ha-15-anos-luis-eduardo-magalhaes-marcou-a-politica-nacional/?cHash=36b7b464ed1d312cd843e4dd353bac30>>.

Acesso: 22 de junho de 2017.

KIRCHHEIMER, Otto. *The Transformation of the Western European Party Systems*. In:

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). *Political Parties and Political*

*Development*. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

KLEIN, Cristian. *Aos 10 anos, oposição enfrenta maior revés*. Em:

<<http://www2.valor.com.br/politica/2985362/aos-10-anos-oposicao-enfrenta-maior-reves>>.

Acesso: 09 de maio de 2017.

KRAMER, D. *De roupa nova e olho no poder*. Em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/325281/noticia.htm?sequence=1>. Acesso:

20 de maio de 2017.

KRAMER, D. *Nem carne nem peixe*. Em: <[http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,nem-](http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,nem-carne-nem-peixe-imp-,695384)

[carne-nem-peixe-imp-,695384](http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,nem-carne-nem-peixe-imp-,695384)>. Acesso: 21 de junho de 2017.

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática, Brasiliense*. 1986.

LAVAREDA, Antonio *O Partido da Frente Liberal: o dissenso dos governadores pedessistas nordestinos e a busca de uma nova imagem*, in FALCÃO e SÁ (orgs.), *Nordeste: eleições*, Recife: Massangana, pp.39-60, 1985.

LEAL, Luciana Nunes. *Em reunião organizada por Índio, deputado faz ataques de cunho*

*religioso a Dilma*. Em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-reuniao-organizada->

por-indio-deputado-faz-ataques-de-cunho-religioso-a-dilma,624230>. Acesso: 23 de junho de 2017.

LOYOLA, L.; RAMOS, M. *Rosalba Ciarlini: “O DEM tende a sumir”*. Em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/06/brosalba-ciarlinib-o-dem-tende-sumir.html>>. Acesso: 21 de junho de 2017.

MACIEL, M. *Mais Democracia*. Em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/60691/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso: 28 de junho de 2017.

MACIEL, M. *Política das Ideias*. Brasília: Senado Federal, 2009.

MAIA, J. A. *A importância do Democratas para o Brasil*. Em: <[http://www.flc.org.br/revista/materias\\_view84b3.html?id=%7B4DFD934E-864A-4802-911A-710F4814E633%7D](http://www.flc.org.br/revista/materias_view84b3.html?id=%7B4DFD934E-864A-4802-911A-710F4814E633%7D)>. Acesso: 21 de junho de 2017.

MAIA, J. A. *O que faz o DEM ser diferente*. Em: <<http://www.midianews.com.br/opiniaio/o-que-faz-o-dem-ser-diferente/79427>>. Acesso: 20 de junho 2017.

MAIA, R. *Democratas, sim, e daí?*. Em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz1112200708.htm>>. Acesso: 20 de maio de 2017.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Rio de Janeiro: FGV. (1999)

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R. et al. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAGALHÃES, V. *Kassab faz aposta cheia de riscos e sai do partido com a imagem desgastada*. Em: <<http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1603201112.htm>>. Acesso: 21 de junho de 2017.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NAVARRO, S.; MAGALHÃES, V. *Em crise, oposição rediscute seu papel*. Em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0802200717.htm>>. Acesso: 13 de junho de 2017.  
NICOLAU, Jairo. *Representantes de Quem? Os (Des)Caminhos do Seu Voto da Urna Até a Câmara dos Deputados*. Zahar. 2017

*O DEM e o subterfúgio do partido do prefeito Kassab*. Em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/464280/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso: 21 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Mariana. *Troca de partido: entenda decisão do TSE*. Em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL15259-5601,00.html>>. Acesso: 23 de junho de 2017.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Mandarim, 1998.

PFL. *O Livro do PFL: Educação e Emprego*. São Paulo: Massao Ohno, 1996.

PERBONI, J. *Colombo comunica que sairá do DEM para o PSD e levará maioria dos filiados em Santa Catarina*. Em: <<https://oglobo.globo.com/politica/colombo-comunica-que-saira-do-dem-para-psd-levara-maioria-dos-filiados-em-santa-catarina-2775150>>. Acesso: 21 de junho de 2017.

RIBEIRO, J. *DEM mira valores conservadores para repor perdas para o PSD*. Em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,dem-mira-valores-conservadores-para-repor-perdas-para-o-psd,779078>>. Acesso: 21 de junho de 2017.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. *A decadência longe do Poder: A refundação e Crise do PFL*. 113 f. Tese de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Fernando. *Troca de PFL para DEM foi só de embalagem, diz ACM Neto*. Em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g2qEBjWQwYc>>. Acesso: 6 de maio de 2017.

RODRIGUES, Fernando. *Foi péssimo trocar nome de PFL para Democratas, diz Cesar Maia*. Em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iuRQ7sDdxy4>>. Acesso: 6 de maio de 2017.

SOUZA, J. *Na TV, DEM mira classe média e abraça ideário liberal*. Em: <[http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/arch2011-12-01\\_2011-12-31.html](http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/arch2011-12-01_2011-12-31.html)>. Acesso: 22 de junho de 2017.

TAROUCO, G.S. *O Partido da Frente Liberal: Trajetória e papel no sistema político*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 1999.

TUCANOS acusam José Serra de ser o operador da criação do PSD. Em: <<https://www.estacaodanoticia.com/index/noticias/data/03-05-2011>>. Acesso: 21 de junho de 2017.